



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45

**1ª Reunião da Câmara Técnica de Educação  
Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.**

Brasília/DF.  
31 de Janeiro de 2012.  
*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

46

**47A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
48**DCONAMA)** – Bom dia a todos. Meu nome é Adriana Mandarino, sou diretora  
49do Departamento de Apoio ao Conama e essa é a primeira reunião nossa da  
50Câmara Técnica, nova composição, de acordo com o novo Regimento Interno,  
51que fez alterações em várias das Câmaras, agora essa e se manteve  
52basicamente com a mesma atribuição. Deixa-me localizar aqui a competência  
53da Câmara. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, as áreas  
54dela de atuação, informação, capacitação e educação ambiental, indicadores  
55de desempenho e de avaliação das ações de educação ambiental, critérios  
56visando subsidiar a implementação das ações constantes na agenda 21. Esses  
57são os temas afetos à Câmara. Como é a nossa primeira reunião, acho que  
58seria interessante cada um se apresentar, falar qual é a instituição da qual  
59participa e alguma outra coisa que queira acrescentar.

60

61

**62O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (DCONAMA)** - Bom dia a todos. Meu nome é  
63Robson José Calixto, eu sou gerente do DConama.

64

65

**66O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Bom dia. Meu nome é  
67Donizete Tokarski, sou da Ecodata e estou aqui com a Eliza, que é nossa  
68segunda suplente da Câmara aqui e o nosso primeiro suplente, que é da  
69Contag, o SR. Toledo, na realidade é a Rose, ele está representando a Rose,  
70quem é a primeira suplente é a Rose, mas ela infelizmente não está presente.  
71O Toledo veio acompanhar a reunião. Está conosco a Mell, que é da nossa  
72equipe da Ecodata.

73

74

**75A SRª. CRISTIANE SOARES (CNC)** - Cristiane Soares, da Confederação  
76Nacional do Comércio, nós estamos trabalhando aqui no Ministério com outras  
77Câmaras também e nós estamos participando aí da discussão da logística  
78reversa da Política Nacional de resíduos sólidos.

79

80

**81O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Nilo Diniz, diretor de educação  
82ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do  
83Ministério do Meio Ambiente.

84

85

**86O SR. MÁRCIO PACHECO DOS GUARANYS (CNT)** - Márcio Guarany, do  
87serviço social do transporte, que faz parte da Confederação Nacional do  
88Transporte, CNT, trabalho na coordenação de estudos e projetos e também  
89acompanhado do Franklin, que trabalha também na CNT, na área de meio  
90ambiente, no projeto despoluir.

91

92

**93O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Daniel Melo Barreto,  
94coordenador de políticas públicas no instituto de biodiversidade e

95desenvolvimento sustentável do oeste da Bahia, Instituto Bioeste,  
96representante da região nordeste pela Sociedade Civil, junto ao Conama.

97

98

99**A SR<sup>a</sup>. JAQUELINE VIEIRA (Secretaria do Estado de Goiás)** – Jaqueline  
100Vieira superintendente executiva da Secretaria de Estado de Goiás.

101

102

103**A SR<sup>a</sup>. MARIA DE FÁTIMA MYNARD SANTANTA (Secretaria do Estado de**  
104**Sergipe)** - Fátima Mynard, sou analista em gestão ambiental e educação  
105ambiental da superintendência de Qualidade Ambiental e Desenvolvimento  
106Sustentável e Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente  
107de Sergipe.

108

109

110**A SR<sup>a</sup>. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA)** – Renata, assessora  
111técnica do Departamento de Apoio ao Conama.

112

113

114**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
115**DCONAMA)** – Nós temos ali no computador o Danilo, que está acompanhando  
116a reunião, fazendo as digitações. Então, feita essa primeira apresentação,  
117bem-vindos para esse começo de trabalho, começo de ano e o nosso primeiro  
118ponto de pauta é eleição de presidente e vice dessa Câmara Técnica. Faz  
119sentido. Então, vocês podiam também começar se apresentando.

120

121

122**A SR<sup>a</sup>. MELL FABER (ECODATA)** – Eu sou Mell, trabalho também na  
123Ecodata.

124

125

126**A SR<sup>a</sup>. DIANA TELLES DIAS VIEIRA (VALE)** - Bom dia, sou Diana Vieira,  
127trabalho no Departamento de Meio Ambiente da Vale.

128

129

130**A SR<sup>a</sup>. CRISTINA (Essência Soluções Ambientais)** - Bom dia, meu nome é  
131Cristina, sou da Essência Soluções Ambientais, é uma empresa de engenharia  
132e consultoria ambiental.

133

134

135**O SR. MATEUS GUERRA (Essência Soluções Ambientais)** - Bom dia.  
136Mateus Guerra, engenheiro civil, coordenador de projetos da Essência  
137Soluções Ambientais, com essa área de tecnologias sustentáveis.

138

139

140**O SR. LIGIERO TOLEDO (CONTAG)** - Bom dia, meu nome é Ligiero Toledo,  
141sou sociólogo e (...) do meio ambiente da Contag.

142

143

144A **SRª. PÓLITA GONÇALVES (INEA/RJ)** - Bom dia, meu nome é Pólita  
145Gonçalves, sou gerente de educação ambiental do Inea, que é o órgão  
146ambiental do Rio de Janeiro e um dos nossos projetos tangencia a questão da  
147Política Nacional, que é o apoio à implantação da coleta seletiva em 44  
148municípios do Estado.

149

150

151A **SRª. AUXILIADORA BORGES (FENAVEGA)** - Sou auxiliadora Borges, faço  
152parte da FENAVEGA, ligada à CNT, faço parte do grupo de dragagem do  
153DConama.

154

155

156A **SRª. JOANA BORBA BRANDÃO (IMA/AL)** - Bom dia, sou Joana, do  
157Instituto de Meio Ambiente de Alagoas.

158

159

160A **SRª. RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES (MPOG)** - Eu sou a Raquel, do  
161Ministério do Planejamento, a titular, que a Elisa teve uma demanda da Ministra  
162e não pôde comparecer pediu para eu vir como ouvinte.

163

164

165A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
166**DCONAMA)** – Joana, só tem uma pergunta, Lagoas é suplente, mas tem a  
167Fátima, que é a primeira suplente? Eu queria fazer até uma observação em  
168relação a isso. Nós estamos com essa inovação, que são titulares e suplentes  
169do mesmo segmento, mas de entidades ou órgãos diferentes. Isso vai exigir  
170uma articulação muito grande nossa para as reuniões darem quorum. Nós  
171vamos sempre, na convocação, enviarmos para os 30 da Câmara, o titular e  
172seus 2 suplentes e a confirmação de quorum vai ser sempre feita com o titular.  
173Se o titular disser que não vem, aí nós vamos fazendo para o primeiro  
174suplente, depois para o segundo suplente. Agora, para que nós não  
175cheguemos numa reunião e não haja essa reunião por falta de quorum, tem  
176que ter muita articulação entre essas pessoas que estão listadas. A lista já está  
177no site do Conama, nós estamos com um problema de mudança desse site,  
178não só por causa do formato das Câmaras, mas também por causa de uma  
179mudança geral no Ministério de site que vai ser implementada, mas essa  
180informação já está lá. Eu pediria muita atenção e muito contato, porque senão  
181nós acabamos perdendo, não tem mais aquele representante que vinha, que  
182aparecia em cima da hora e que votava e etc.. Então, na medida em que não  
183tem isso, isso me parece uma coisa boa, que moraliza, dá um pouco mais de  
184respaldo para quem vem para a reunião, não chega aqui de última hora, mas  
185exige, ao mesmo tempo de titular e suplentes uma interligação. Então acho que  
186aí caímos no nosso primeiro ponto de pauta. Nós vamos chegar para ele.

187

188

189O **SR. FRANKLIN FERREIRA (CNT)** - Eu sou Franklin, trabalho na CNT, sou  
190engenheiro mecânico, trabalho na coordenação de projetos especiais, que  
191gerencia o projeto Despoluir.

192

193

194A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do  
195DCONAMA) – Também suplente do Márcio? Bem-vindo. E aí o procedimento  
196eu acho que o bom é esse mesmo, se os suplentes quiserem vir, eles são bem-  
197vindos, tem direito a voz e etc. e vota o titular. Na ausência, nós vamos fazendo  
198a escala, primeiro suplente, depois o segundo. O Regimento traz algumas das  
199inovações é de que a presidência da Câmara pode ser disputada por quem for  
200Conselheiro do Conama. A vice-presidência é livre entre os membros dessa  
201Câmara. Então, eu consulto quem seriam os possíveis, quem, em primeiro  
202lugar, tem esse requisito básico para, se for o caso de ter interesse, disputar a  
203presidência? Eu imagino que aqui tem o Nilo, que é Conselheiro pelo Ministério  
204do Meio Ambiente, o Donizete, que é Conselheiro pela Ecodata e o Daniel que  
205é Conselheiro pela Bioeste. Tem mais alguém? Eu não sei se a Jaqueline, você  
206é Conselheira da Plenária? É. Então, a Jaqueline também, Conselheira da  
207Plenária também, os quatro preenchem esse requisito básico. Suplente na  
208plenária também porque não tem o menor problema, pode ser titular ou  
209suplente. Então, temos aí seis.

210

211

212O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata) - Eu tenho uma consideração  
213a fazer com relação à presidência dessa Câmara, que ela estava sendo  
214ocupada por uma representação da Sociedade Civil, que era a Oca. E até em  
215função das outras Câmaras terem já praticamente já definido suas respectivas  
216presidências, a minha sugestão é de que nós continuemos com esse processo.  
217Eu gostaria de indicar assim a Bioeste para presidir essa Câmara, em face dar  
218uma proporcionalidade às presidências das demais câmaras. Nós tendo a  
219Sociedade Civil participando como dirigente de uma Câmara.

220

221

222A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do  
223DCONAMA) – Queria só fazer uma observação em relação a isso, Donizete,  
224porque essa Câmara teve uma eleição recente porque tinha a Oca Brasil como  
225presidente e a Oca Brasil deixou de ser Conselheiro do Conama no começo do  
226biênio que começou em 2011. A Oca já não era mais Conselheira. Então, para  
227essa Câmara foi feita uma eleição e nessa eleição ficou a Ecodata na  
228presidência. Se manteve o critério de que era uma ONG e todas as outras  
229Câmaras, nós postergamos o mandato dos presidentes que já estavam porque  
230nós estávamos esperando a mudança de Regimento. A única exceção. Então  
231assim, agora é o momento que todas as Câmaras Técnicas do Conama se  
232colocam abertas para nova eleição porque muda tudo, mudou a denominação,  
233mudaram os componentes e etc.. Só esse histórico para todos. Quem mais se  
234candidata?

235

236

237O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE) - Então, queria agradecer a  
238indicação da Ecodata e falar que estamos à disposição. Se for consenso de  
239todos aqui presente, nós assumimos para esse ano, acho que só.

240

241

242A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do  
243DCONAMA) – Ela é um mandato de 2 anos.

244

245

246 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Mas esse ano acaba o  
247 mandato nosso no Conama de qualquer maneira? O mandato encerra no início  
248 de 2013.

249

250

251 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
252 **DCONAMA)** – A eleição não está casada com a questão dos ONGs, mas pelo  
253 CNEA, vocês podem se recandidatar e continuar. O problema é que aí não  
254 está casada, realmente e vai dar um prejuízo.

255

256

257 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** - Mas nós assumimos se for de  
258 consenso de todo mundo, com muito prazer.

259

260

261 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Eu achei interessante essa  
262 indicação da Bioeste para presidir a Câmara e eu acompanho aqui, tenho toda,  
263 como se diz, acompanho já há muito tempo o Conama, fui Conselheiro pelo  
264 Ministério do Meio Ambiente em 2003, mas na verdade acompanho desde 88 o  
265 Conama, na época como representante da Sociedade Civil e essa Câmara  
266 especialmente, educação ambiental, realmente tem tido uma colaboração  
267 importante da Sociedade Civil, a Oca Brasil presidiu por um bom tempo a  
268 Câmara Técnica e mesmo antes, em outras gestões que a Câmara foi  
269 presidida por outros representantes de segmentos de governo, enfim, sempre a  
270 Sociedade Civil tem uma atuação importante nesta Câmara Técnica. Então,  
271 acho legal essa disposição da Bioeste para presidir. Entretanto, Daniel, apesar  
272 da nossa amizade e do reconhecimento, nós fizemos uma discussão  
273 internamente no Ministério e chegamos à conclusão que seria bom o Ministério  
274 também se candidatar à presidência dessa Câmara porque o trabalho de  
275 educação ambiental no Ministério vem se fortalecendo há muitos anos, mas  
276 sofreu um pequeno, vamos dizer assim, uma mudança de 2008 para cá, uma  
277 transição que houve na época ainda da ex-ministra Marina, depois Ministro  
278 Minc, Ministra Izabella, mas nesse processo, apesar da transição, o esforço do  
279 Ministério foi de refortalecimento da área da educação ambiental. Com isso,  
280 nós temos considerado estratégico que o Ministério tenha uma participação  
281 mais expressiva nos colegiados, não só aqui no Conama, através da Câmara  
282 de educação ambiental, mas também no Conselho Nacional de Recursos  
283 Hídricos, que tem uma Câmara, CTEM com informação, educação ambiental e  
284 nós também temos uma atuação que nós queremos fortalecer lá nessa  
285 Câmara, assim também em outros colegiados que o Ministério participa, mas  
286 esses dois porque tem as Câmaras específicas da área de Educação. Embora  
287 eu tivesse aqui muita disposição de trabalhar sob a presidência da Bioeste, se  
288 assim for o desejo da maioria, mas eu quero colocar à disposição o Ministério  
289 do Meio Ambiente no esforço que o Ministério está fazendo de ser mais  
290 proativo nessa área. Então, é apenas uma disposição de colaboração. Se os  
291 Conselheiros entenderem pelo Ministério do Meio Ambiente, nós vamos nos  
292 dedicar o tanto que for necessário, se entender a Bioeste ou até outra pessoa,  
293 se quiser se candidatar porque que bom que essa Câmara está com bastantes

294Conselheiros, porque isso ajuda muito em Plenário nas discussões de matérias  
295que saem dessa Câmara, quando ela é realmente preenchida por Conselheiros  
296e aqui está bem representativo. Se outro se candidatar ou outra, também pode  
297contar com nosso apoio, caso seja eleito. É uma disposição de colaboração,  
298Daniel, não é nem de disputa exatamente. É o tipo da eleição que o que ganhar  
299está bom, vamos colaborar para fazer o melhor possível. Quando nós temos  
300dois, três ou quatro candidatos e nós ficamos feliz com qualquer um que  
301ganhe, eu pelo menos fico feliz, é um bom sinal. Nós estamos com boa  
302disposição. O dia que o Brasil estiver assim vai ser uma beleza.

303

304

305**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
306**DCONAMA)** – Então, gostaria de ouvir mais pessoas. Eu só queria perguntar  
307se mais alguém se candidata, Daniel? Aí talvez nós possamos conduzir assim  
308se não houver nenhuma outra candidatura, nós fazemos a sua fala, enfim,  
309vamos ver. Eu acho que o Nilo fez, explicou as razões, está bem. Daniel então.

310

311

312**O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** - Como o Nilo disse, qualquer  
313um que representar, com certeza vai representar muito bem. Só como o  
314pessoal, acho, que não conhece o trabalho da Bioeste, educação ambiental,  
315nós trabalhamos ativamente na elaboração da política estadual do Estado da  
316Bahia de educação ambiental, foi um trabalho feito em parceria com várias  
317entidades da Sociedade Civil, setor empresarial e Governo do Estado da Bahia,  
318uma lei que está em vigor, nós ajudamos ativamente, bem como de dois  
319municípios na nossa região, que é de Barreiras e Formosa do Rio Preto. Nós  
320vimos trabalhando, estamos também na Câmara Técnica de Educação  
321ambiental do Estado da Bahia também, temos cadeira lá e, mais ou menos  
322isso. Nós vimos com um trabalho aí de 6 anos forte na área de educação  
323ambiental, na região do Oeste da Bahia e como o Nilo disse, qualquer um que  
324representar, a Câmara vai estar muito bem representada. Só isso, obrigado.

325

326

327**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
328**DCONAMA)** – Letícia acabou de chegar, queria que você se apresentasse  
329para todos.

330

331

332**A SR<sup>a</sup>. LETÍCIA BARROSO (ANAMMA)** - Bom dia a todos. Chamo-me Letícia  
333Barroso, estou na Secretaria de Meio Ambiente de Sorocaba, hoje eu estou  
334aqui representando a ANAMMA, Associação dos Municípios de Meio Ambiente  
335e é a primeira vez que eu participo de uma reunião de Câmara Técnica e sou  
336Conselheira na Plenária.

337

338

339**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
340**DCONAMA)** – É mais uma Conselheira. Então nós estamos exatamente nesse  
341momento o requisito do Regimento é ser Conselheiro e nós temos aqui vários e  
342por enquanto se candidataram o Nilo, pelo Ministério do Meio Ambiente, com  
343toda uma explicação da estratégia do MMA, que respalda a candidatura dele e

344o Daniel, da Bioeste também, argumentando as questões do trabalho de  
345educação ambiental, que a Bioeste vem fazendo. Os dois já colocaram os seus  
346argumentos básicos. Nós estamos ainda sabendo se mais alguém se candidata  
347e depois eu perguntaria se tem uma possibilidade de uma dobradinha. Com  
348bons olhos.

349

350

351**A SR<sup>a</sup>. LETÍCIA BARROSO (ANAMMA)** – Eu acho que ANAMMA vem se  
352colocando e se apresentando cada vez mais como representando os  
353municípios, entendo que a educação ambiental cada vez mais está se  
354colocando em todos os documentos, resíduos sólidos, que é extremamente  
355importante, acho que tem que pautar esse tema nas discussões, os programas  
356municipais de educação ambiental estão cada vez mais presentes nos  
357municípios, vejo hoje municípios se apresentando, que não se via 10 anos  
358atrás, muito menos. Então, acho que ANAMMA também pode se candidatar a  
359ocupar um espaço importante e nos encontros nacionais, encontros que nós  
360vamos fazer, vários encontros regionais agora, reforçar e reativar as  
361ANAMMAs estaduais, eu acho importante colocar a educação ambiental nas  
362discussões das ANAMMAs regionais e das ANAMMAs estaduais. Acho que é  
363importante e eu estou aqui, pretendo, já coloquei no encontro da ANAMMA, de  
364trazer as discussões para ANAMMA, de todas as decisões, resoluções que  
365foram colocadas aqui.

366

367

368**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Desculpe, eu não entendi  
369direito. Também está colocando o nome à disposição para presidir, é isso?  
370Você é mineira? Você é de Sorocaba?

371

372

373**A SR<sup>a</sup>. LETÍCIA BARROSO (ANAMMA)** – Na verdade eu sou de Volta  
374Redonda, Rio de Janeiro. Estou em Sorocaba.

375

376

377**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
378**DCONAMA)** – Maurício gostaria de falar? Em sendo assim, nós temos 3  
379candidaturas à vaga de presidente e vice. É a primeira vez que eu conduzo  
380isso. Parece-me que é melhor fazer separadamente, não é isso? Eu consulto  
381qual seria a melhor maneira. Faz primeiro a eleição de presidente e depois faz  
382a eleição de vice, são eleições separadas. É assim?

383

384

385**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Eu posso dar uma sugestão  
386de uma técnica mineira, é o seguinte, os três que estão se colocando à  
387disposição, se nós suspendermos por alguns minutos, eles conversarem, ver a  
388possibilidade de ter uma composição. Tendo isso, nós damos o  
389encaminhamento, senão, nós vamos para o voto. Pode ser assim? Daniel, Nilo  
390e Letícia?

391

392



393A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do  
394DCONAMA) – Então, suspendemos um pouquinho.

395

396

397A SR<sup>a</sup>. LETÍCIA BARROSO (ANAMMA) – Bom, nós fizemos aqui,  
398conversamos muito tempo e chegamos à conclusão do seguinte, Nilo  
399presidente e vice Daniel e fizemos numa espécie de acordo já firmado que os  
4003, ANAMMA, Daniel e Nilo estaríamos presentes, estaríamos juntos,  
401conversando, montando a pauta, entrando encaminhamentos que fosse  
402importante. Até porque tem aí a Sociedade Civil, e o Poder Público, e  
403continuaríamos juntos, presidência e vice-presidência e ANAMMA estaria junto  
404dialogando, conversando e montando...

405

406

407O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA) - Só para explicar que nós  
408conversamos e a Letícia foi muito generosa e compreendeu que como já tem  
409uma certa tradição nessa Câmara de Sociedade Civil, está sempre presente  
410junto com o Poder Público, então, houve um acordo de que eu fico como  
411presidente e o Daniel, Bioeste, Sociedade Civil como vice, mas nós nos  
412acertamos de fazermos um triunvirato, nós informalmente considerarmos a  
413ANAMMA na pessoa da Letícia como uma segunda vice aí para nós  
414administrarmos junto essa Câmara, isso informalmente, em função de que é  
415uma Câmara que necessita ter, vamos dizer, um empoderamento da sua pauta  
416e aí eu acho que o auxílio aí também da ANAMMA que está no País inteiro  
417também acho que pode ser bastante providencial, dialogando aí presidente e  
418vice e ANAMMA para formulação de pauta, discussão com a Secretaria  
419Executiva do Conama, no andamento do trabalho, matérias que podem ser  
420encaminhadas para cá, para essa Câmara, para nós trabalharmos o máximo  
421possível no sentido de dinamizar o trabalho aqui. Foi isso. Mas tem que ver se  
422a Câmara Técnica referenda esse diálogo, porque a soberania daqui é da  
423Câmara Técnica, dos membros da Câmara.

424

425

426O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata) - Bom, como eu indiquei o  
427Daniel para ser o presidente e houve essa possibilidade de um entendimento,  
428eu também concordo com esse entendimento, tendo em vista a presença do  
429Nilo como o presidente e também gostei dessa participação da ANAMMA, que  
430vai dar mais pluralidade a esse processo e nós termos um diálogo mais  
431permanente para os municípios, que é extremamente fundamental. Estou  
432plenamente de acordo com o que o nosso grupo estabeleceu aí.

433

434

435A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do  
436DCONAMA) – Queria ouvir os outros membros da Câmara. Cristiane.

437

438

439A SR<sup>a</sup>. CRISTIANE SOARES (CNC) - Eu acho que ficou bem composto, o  
440Daniel tem uma boa experiência em atuação na área de educação ambiental, o  
441Nilo vai trazer todas as diretrizes que são oficiais do Ministério e a ANAMMA

442vai dar todo o suporte de difusão disso daí através da capilaridade dos  
443municípios. Acho que ficou perfeito.

444

445

446**O SR. MÁRCIO PACHECO DOS GUARANYS (CNT)** – Também acho,  
447concordo com a Cristiane, eu acho que esse trio formado de presidente, vice e  
448com essa assessoria da ANAMMA por trás, esse embasamento vai ser muito  
449válido para a Câmara. Concordo também.

450

451

452**A SR<sup>a</sup>. JAQUELINE VIEIRA (Secretaria do Estado de Goiás)** – Bom, eu fiz  
453muita questão de participar dessa Câmara Técnica porque trabalho com  
454educação ambiental há muitos anos, sou professora de nascença, então, eu  
455achei ótima a oportunidade e acho que nós estamos bem representado. Acho  
456que tem uma questão que foi colocada que nos deixa muito confortáveis nessa  
457representatividade, que é o compromisso. Então, tanto o Daniel traz uma  
458experiência acumulada na educação ambiental, um compromisso, desejo de  
459fazer, como o Ministério se posiciona também, ser mais proativo e estar aí  
460participando cada vez mais em relação à questão da educação ambiental e fico  
461muito feliz. Acho que você tinha todo o potencial, simpatia, compromisso para  
462ser a nossa presidente, mas você cedeu, acho que isso ficou muito bonito,  
463porque hoje as mulheres têm todas essas condições de ser presidente e acho  
464que ficou muito bom porque você vai permear esses dois aí, porque não podem  
465ficar sozinhos (*Risos!*). Homem não pode ficar sozinho, dá um problema  
466(*Risos*). Fico feliz com a composição.

467

468

469**A SR<sup>a</sup>. MARIA DE FÁTIMA MYNARD SANTANTA (Secretaria do Estado de**  
470**Sergipe)** - Eu também fico muito feliz pela representação do governo, da  
471Sociedade Civil e eu acho que a ANAMMA também vai dar uma contribuição  
472muito forte nesse processo, porque nós realmente precisamos municipalizar a  
473gestão de educação ambiental nos municípios, empoderar mais essas  
474atividades no município. Eu achei que foi muito bem pensada a sua  
475metodologia aí e concordo plenamente.

476

477

478**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
479**DCONAMA)** – Então, por aclamação, realmente ficou muito bem, o que mostra  
480um fortalecimento da Câmara com compromisso, como departamento de apoio  
481nós vemos isso de uma maneira muito significativa porque realmente a Câmara  
482hoje está com uma pauta fraca, enfraquecida. Aqui nós já vimos o  
483compromisso dos vários segmentos em mobilizarem minutas de Resolução,  
484temas, questões importantes, trazerem para cá para que elas cheguem à  
485plenária e nós possamos avançar na normatização de um tema que é  
486transversal a todos os outros, nos permeia tudo e que é tão importante para  
487uma conscientização. É a questão do desenvolvimento sustentável na prática.  
488Um pedacinho que cabe a cada um de nós. Por aí que passam os assuntos  
489dessa Câmara. Parabéns, Nilo. É tão interessante. Nilo, porque é isso. O Nilo  
490realmente tem uma experiência de tantos anos como diretor de Conama, antes  
491como Conselheiro, agora retoma como Conselheiro na presidência dessa

492Câmara, nós estamos assim desejando muito boa sorte nesse trabalho nove  
493teu, alguém que está tão enfronhado nas questões do Conama. Você vai ter  
494muito a contribuir. Daniel, com todo o esforço que você já vem fazendo, toda a  
495atuação muito significativa na Plenária, você vem acrescentando muito a  
496bancada das ONGs. Então, muito legal e legal a Leticia com a ANAMMA que  
497tem toda uma capilaridade e uma permeabilidade que às vezes outros  
498segmentos não têm. Realmente isso é muito bem pensado. Vou passar a  
499palavra para o Nilo, mudo de lugar, vou voltar lá para as coisas internas do  
500Conama, queria acrescentar, o Robson está me lembrando da questão dos  
501GTs, é uma particularidade que nós vamos lembrar em todas as Câmaras. O  
502GT, para ser constituído também precisa estar sob a coordenação de um  
503Conselheiro e a dinâmica do GT mudou um pouco no Regimento de forma a  
504que os GTs não se prolonguem indefinidamente. Se a Câmara sentir a  
505necessidade de formar um Grupo de Trabalho novo tem que ter em vista essas  
506questões na hora de formar coordenador, relator e etc. e temas muito focados.  
507Nós vamos ter, sobre a as novas Resoluções, um processo de admissibilidade,  
508também essa é uma outra questão que nós vamos estar testando, nós vamos  
509ver como que o Regimento se aplica na prática. E algumas questões que se  
510mostrarem muito inviáveis ou inadequadas, inapropriada, mais para frente, nós  
511podemos pensar num pequeno ajuste. A admissibilidade é um instrumento  
512novo, a matéria nova chega ao Conama, recebe os pareceres das áreas  
513técnicas e vai para o CIPAM, que faz um juízo de admissibilidade, observa  
514primeiro o critério de pertinência, conveniência e legalidade da matéria para  
515saber se a competência do Conama, faz esse critério, se não tiver um  
516consenso no CIPAM ou se a matéria for derrotada, isso vai para Plenária, que  
517avalia isso e depois vem para discussão na Câmara já com os pareceres todos  
518do Ministério e das vinculadas. É uma maneira de nós restringirmos um pouco  
519o que chega, mas ao mesmo tempo quando chega a matéria já vem mais  
520embasada, com uma carga maior. E isso propicia com que o andamento na  
521Câmara seja mais rápido. Nilo, pode vir para cá. *(Palmas!)*.

522

523

524**O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Eu posso só esclarecer uma  
525dúvida? Para constituição do GT, eu preciso já vir com uma minuta de  
526Resolução para criar esse GT ou essa minuta pode ser construída já dentro do  
527GT?

528

529

530**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
531**DCONAMA)** – Ela pode ser construída dentro do GT. Se você entrar com a  
532Resolução é que a Resolução tem que ter minuta, aí tem vários requisitos.

533

534

535**O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** - Posso solicitar um GT para  
536criar uma futura Resolução?

537

538

539**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
540**DCONAMA)** – O GT tem que ter um embasamento, não pode ser um tema

541solto, tem que ser realmente um embasamento, tem que haver uma  
542substância, agora, não precisa realmente ser a minuta.

543

544

545**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - É o seguinte, por exemplo, no  
546caso aqui agora a Câmara está reunida. Digamos que algum Conselheiro tenha  
547uma proposição, uma proposta de Resolução a apresentar. Eu estou falando  
548porque eu já soube que tem uma iniciativa até interessante a ser apresentada.  
549Ela pode ser apresentada sem que haja uma minuta na Câmara Técnica para  
550daí constituir eventualmente um Grupo de Trabalho ou até nem constituir  
551Grupo de Trabalho, mas dar entrada formalmente na proposta e em seguida?  
552Porque me lembro, no Regimento anterior, tinha que se apresentar uma  
553minuta, essa que é a dúvida, Donizete. Eu já estou esclarecendo para nós não  
554ficarmos aqui depois numa dúvida. No CIPAM, mas eu digo assim, para dar  
555entrada na matéria no Conama, na Secretaria do Conama, por via da Câmara  
556Técnica, no caso aqui. Essa que é a dúvida.

557

558

559**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
560**DCONAMA)** – Tem que ter minuta, se a matéria for dada entrada no Conama  
561tem que ter minuta e tem que ter os requisitos que agora estão até mais  
562extensos. Agora, criação de Grupo de Trabalho é que não necessariamente  
563precisa ter minuta para criar o Grupo de Trabalho. Tem que ter a demanda e aí  
564tem que ter o que o Regimento fala nos arts. 48 a 50, que é como é que o  
565Grupo de Trabalho é criado. Tem que ter um mandato de um ano, pode ser  
566prorrogado por mais um, tem que ter um Conselheiro que vai ser o relator da  
567matéria, que é diferente do coordenador e enfim. São esses, eu vou deixar aqui  
568para se tiver alguma dúvida.

569

570

571**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – O que coordena o Grupo de  
572Trabalho tem que ser Conselheiro ou Conselheira, mas os membros, tem que  
573ser no mínimo 10 membros, 2 por segmento e não precisam ser Conselheiros,  
574os membros.

575

576

577**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Mas isso se for criado um  
578Grupo de Trabalho. Que de repente não precisa criar o Grupo de Trabalho, nós  
579podemos dar o encaminhamento, a discussão pela própria Câmara Técnica.

580

581

582**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
583**DCONAMA)** – O que me parece melhor. O Grupo de Trabalho é só se assunto  
584tiver uma especificidade que tem que ouvir, às vezes questões muito técnicas  
585precisa ouvir muita gente que não é membro da Câmara, e são pessoas  
586especialistas em alguns assuntos. Por exemplo, o GT de Dragagem, que o  
587Robson coordena, tem que ouvir pessoas muito específicas, com  
588conhecimentos que vão ser agregados ali. Agora, no caso da educação  
589ambiental, que é mais transversal, talvez seja sempre o caso da Câmara  
590apreciar e ir amadurecendo a matéria.

591

592

593 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - O que pode ocorrer é que o  
594 assunto tenha necessidade de ir para outra Câmara Técnica também, aí é  
595 outra história, mas nós podemos amadurecer uma proposta aqui dentro da  
596 Câmara Técnica e se houver necessidade, antes de ir para a CTAJ, ir para  
597 uma outra Câmara Técnica ou então direto para CTAJ para poder ir para  
598 Plenária.

599

600

601 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**  
602 **DCONAMA)** – Eu vou deixar o Regimento com a Renata.

603

604

605 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Nós temos que nos apresentar  
606 toda vez que for usar o microfone para facilitar o trabalho dos nossos colegas  
607 da estenotipia, mas eu queria dizer que no caso de Grupo de Trabalho  
608 também, Donizete, a necessidade é fundamental porque o Grupo de Trabalho  
609 com 10 membros, dois de cada segmento, não é muito fácil você reunir,  
610 organizar um Grupo de Trabalho tem que realmente responder a uma  
611 necessidade imperiosa, porque hoje ficou um pouco mais delicada essa  
612 formação do GT. Antes o GT não tinha número definido, tinha que ter um  
613 coordenador e aí esse coordenador convocava as reuniões e vinha quem  
614 quisesse. Agora não, agora para funcionar, ele tem um número mínimo de  
615 membros. Então, nós temos que pensar bem aqui na Câmara Técnica quando  
616 é ou não o caso de criar Grupo de Trabalho. Mas antes de tudo, eu quero  
617 agradecer a vocês, viu, por essa confiança, principalmente aqui a Letícia e o  
618 Daniel, que logo sugeriram que eu ficasse na presidência, eu agradeço e  
619 também o referendo da Câmara Técnica guardando com seriedade a  
620 observação feita pela nossa Conselheira Jaqueline, de Goiás, pode ficar  
621 tranquila que hoje eu sou uma pessoa que convivo muito com as mulheres no  
622 poder, desde a minha chefe maior, que é a presidente Dilma, até a nossa  
623 Ministra Izabella e a minha secretária Samyra, além disso, uma casa cheia de  
624 mulheres, eu tenho minha esposa, minhas 3 filhas, minha sogra e a secretária  
625 em casa, eu tenho acompanhado muito de perto essa autoridade da mulher  
626 que é bastante proveitosa, graças a Deus isso está acontecendo e eu acho  
627 muito bom. Então, vou procurar corresponder a esse compromisso depositado,  
628 essa confiança depositada e o compromisso também estabelecido para nós  
629 conduzirmos juntos, toda a Câmara Técnica da melhor forma possível, o  
630 trabalho da educação ambiental aqui. Então, passando diretamente à pauta,  
631 vou pedir para a Renata me ajudar, porque eu sou um presidente novato, mas  
632 feita aqui a abertura e a eleição, presidente e vice, nós passamos à ordem do  
633 dia, que é o item 3 e o 3.1, que é a recomendação que trata da adoção da  
634 estratégia nacional de comunicação e educação ambiental em Unidade de  
635 Conservação.

636

637

638 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Nilo, só uma questão de  
639 ordem, para discutirmos uma pauta, eu vou sugerir uma inclusão de um item  
640 para nós começarmos uma discussão de uma matéria?

641

642

643 **A SR<sup>a</sup>. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA)** – Só um esclarecimento,  
644 Donizete, em relação a sua proposta que você quer apresentar, pelo  
645 entendimento do Regimento interno, ela não vai ser discutida e deliberada  
646 agora.

647

648

649 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Não, é só a apresentação da  
650 proposta para nós tomarmos o encaminhamento, ao invés de eu chegar com a  
651 proposta acabada, eu quero ouvir os colegas para que eu possa apresentar  
652 essa proposta e se nós tirarmos daqui uma Comissão para melhorar a  
653 proposta, melhor ainda que não seja necessariamente Grupo de Trabalho, mas  
654 uma Comissão para nós elaborarmos essa proposta de tal sorte que nós  
655 tragamos e incluamos na pauta de uma forma mais ordenada.

656

657

658 **A SR<sup>a</sup>. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA)** – Eu entendo que seria  
659 interessante primeiro nós tratarmos dos dois pontos que estão tratados e  
660 depois...

661

662

663 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Incluir na pauta. Porque não  
664 chegar ao final e falar assim, não foi discutido na hora certa. Então, incluir na  
665 pauta.

666

667

668 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - A pauta prevê o item 3.1,  
669 referente à estratégia nacional de comunicação e educação ambiental em  
670 Unidades de Conservação, o 4.1, que é a parte de informes e na verdade  
671 informe e encaminhamentos, porque nós temos que definir o encaminhamento  
672 em relação aos resultados do seminário de educação ambiental, um seminário  
673 sobre desafios e perspectivas da educação ambiental no setor empresarial e  
674 sindical. E agora uma inclusão de um tema que eu vou pedir ali, pode incluir ali,  
675 Renata? Porque de qualquer forma é bom nós fazermos a inclusão porque vai  
676 ter eventualmente algum encaminhamento em relação a esse ponto que o  
677 Donizete está levantando. Inclusão de novo item na pauta. Pergunto aos  
678 demais Conselheiros e Conselheiras se temos ainda algo mais a acrescentar  
679 na pauta, se temos acordo com a pauta na forma que está? Acho que não vai  
680 ter como alterar, porque como a única deliberação é da Ordem do Dia é o 3.1,  
681 ele tem que vir primeiro mesmo. Em seguida o seminário, mas se há alguma  
682 outra proposta para a pauta. Daniel.

683

684

685 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** - Só queria pedir para depois  
686 fazer um informe e um convite para o pessoal do Fórum de Educação  
687 Ambiental que vai acontecer na Bahia.

688

689

6900 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Eu até já trouxe um cartaz aqui  
691também, ótimo. Nessa sessão de informes, nós vamos ter um novo item por  
692parte da Ecodata e um informe do 7º Fórum por parte da Bioeste. Mais alguma  
693observação para a pauta? Senão, nós já iniciamos a discussão do item 3.1,  
694que é a recomendação que trata da adoção da estratégia nacional de  
695comunicação e educação ambiental em UCs. Eu vou pedir aqui à Renata que  
696me passe o texto da recomendação. Inclusive eu vou passar para vocês o  
697impresso porque hoje essa estratégia, eu vou fazer aqui a relatoria dessa  
698recomendação, porque é uma proposição do Ministério do Meio Ambiente com  
699Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, o ICMBio. Então, como é uma  
700proposição do MMA com ICMBio, eu mesmo vou fazer a relatoria dessa  
701matéria para posterior decisão da Câmara Técnica. Eu trouxe aqui, como já é  
702uma estratégia. Aqui eu quero lembrar que os Conselheiros, suplentes que  
703estão presente, eles têm direito à palavra na discussão, se quiser se  
704manifestar, os demais que não são Conselheiros, dependendo do andamento  
705da reunião, nós podemos autorizar, não há nada no Regimento, não é Renata,  
706que impeça a livre manifestação de pessoas que estão assistindo a reunião e  
707queiram contribuir. Apenas em regimes de votação, por exemplo, nós  
708reservamos a palavra aos membros das Câmaras Técnicas votantes, que aí  
709nós precisamos assegurar a manifestação deles.

710

711

7120 **SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Até por comodidade,  
713representantes, suplentes que estão aqui, poderiam até sentar aqui junto a  
714mesa para facilitar, são pessoas que...

715

716

7170 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Bom, vocês têm aí a  
718publicação que foi lançada pelo ICMBio, aliás, numa Plenária do Conama no  
719ano passado foi lançada essa publicação. Antes de entrar no próprio texto da  
720recomendação, vou falar um pouco da estratégia como é que o Ministério  
721chegou a isso. Na verdade, essa iniciativa já é relativamente antiga no  
722Ministério, data de 2006, se eu não estou enganado, quando se iniciou a  
723discussão no Departamento de Educação Ambiental do Ministério, ainda no  
724período da gestão do professor Marcos Sorrentino, daí se estendeu essa  
725discussão na época para o Ibama, porque Unidade de Conservação ainda era  
726à época, responsabilidade da Diretoria de Ecossistemas Do Ibama, a DIREC,  
727formou-se um Grupo de Trabalho que passou a discutir a importância da  
728educação ambiental e da comunicação na consolidação e na implementação  
729de Unidades de Conservação, não só as unidades federais, mas estaduais e  
730municipais também. Por que isso? Porque muitas vezes as Unidades de  
731Conservação são áreas demarcadas no território nacional que muitas vezes, no  
732passado, não respeitava muito às vezes as questões locais. O que a população  
733local afinal de contas quer para aquela área? Qual é a vocação original? De  
734que forma se usava aquela área? Então, durante algum tempo se criou  
735Unidades de Conservação sem ter muitas vezes um envolvimento grande da  
736comunidade local. Isso felizmente, já há muitos anos vem mudando isso, o  
737governo, tanto o Governo Federal, como os Governos Estaduais e Municipais  
738tem procurado sempre, até por força da pressão da sociedade e do entorno  
739dessas áreas, ou até das áreas mesmo, tem levado o gestor público a dialogar,

740estabelecer um diálogo nos processos de criação e de implementação de UCs.  
741Então, em função disso, desse histórico e também do fato de que a própria  
742política ambiental no Brasil já nasceu no momento da democratização, como  
743política pública, ela já nasceu num momento de redemocratização do País,  
744então, o componente da participação social sempre é muito relevante na  
745gestão dessa política. De tal forma que no caso de Unidades de Conservação,  
746a avaliação que se fazia era exatamente que um processo que eduque mais e  
747comunique mais, não só a sociedade de uma forma geral que vai se beneficiar  
748com aquela unidade, mas principalmente a sociedade, a comunidade do  
749entorno da área envolvida, é fundamental para que a implementação se dê  
750com bom acordo social estabelecido. Então, foi por isso que se iniciou a  
751discussão dessa estratégia. A rigor, se nós formos olhar bem aqui o  
752documento, ele é mais uma lista de diretrizes para a comunicação e educação  
753ambiental do que propriamente uma grande plataforma de ação nessa área.  
754Por que ela é assim? Isso é até proposital. É porque o Ministério entendeu e o  
755ICMBio também que é importante que na esfera federal se estabeleçam as  
756grandes diretrizes para que no nível estadual e municipal se detalhe melhor,  
757talvez até com uma plataforma estratégica mesmo, de acordo com prioridades  
758do Estado, do município e às vezes até das localidades, das próprias  
759características das unidades. Então, propositadamente a estratégia ficou  
760ampla, é um documento bastante amplo que estabelece diretrizes, vocês vão  
761observar, claro que não vai dar tempo de ler toda a estratégia agora, mas um  
762componente que se destaca aqui na estratégia é exatamente a participação  
763social. Não se pode fazer comunicação ou educação ambiental em Unidade de  
764Conservação se não for construindo conteúdos com a própria comunidade.  
765Então, o elemento participativo aqui é tão importante que a própria estratégia  
766resultou de um processo participativo. Então, depois que o Ministério decidiu  
767criar essa estratégia, criou um Grupo de Trabalho, esse grupo realizou  
768seminários, encontros em diversas localidades, envolvendo, sobretudo  
769gestores de Unidades de Conservação, que são aquelas pessoas, técnicos,  
770analistas que estão exatamente dentro Unidade, muitas delas até sozinho,  
771infelizmente nós ainda temos Unidades de Conservação não só federais, no  
772Brasil, onde você tem um gestor cuidando às vezes de uma área imensa, com  
773uma dificuldade muito grande de sustentação, de manutenção, de gestão da  
774área. Então, nós trouxemos, o Ministério reuniu essas pessoas, diversas  
775ocasiões para que se fizesse uma discussão considerando exatamente aqueles  
776que estão enfrentando o problema no nível local mesmo. E foi produto dessas  
777discussões que a estratégia foi escrita. Bom, agora é uma estratégia que foi  
778levada, por exemplo, para a Bahia, está aqui o Daniel da, Bioeste Lá da Bahia,  
779foi levada recentemente, no final do ano passado essa estratégia lá para o  
780Estado da Bahia, o Governo Federal, MMA e o Governo da Bahia juntos  
781organizaram uma oficina, foram convidados a ir gestores de Unidades  
782Estaduais e municipais. Nessa oportunidade foi feita uma discussão de dois  
783dias em relação à estratégia, exatamente para fazer uma adaptação para  
784realidade da Bahia. Isso ainda está em processo, na verdade a oficina foi feita,  
785mas ainda está aberta a discussão, vai ser dada uma sequência. Outros  
786Estados estão pedindo que se realize a mesma coisa, São Paulo já pediu  
787também para nós fazermos em conjunto uma oficina com essa estratégia, para  
788ver as especificidades tanto das unidades estaduais quanto das municipais.  
789Agora não estou me lembrando, Rondônia também já solicitou uma oficina



790 também desse tipo para nós organizarmos de forma conjunta. Então, em  
791 função disso, já antes até das atividades na Bahia, houve um entendimento  
792 que além de nós termos uma proposta federal, que nós, através do Conama,  
793 lançássemos uma recomendação para o Sistema Nacional do Meio Ambiente,  
794 de tal forma que todo o SISNAMA, os entes estaduais e municipais  
795 considerassem porque não é Resolução exatamente para que essa  
796 recomendação não vincula, não obriga a nada. Estado e município apenas têm  
797 em conta essa estratégia nacional para pensar uma estratégia e uma ação e  
798 diretriz no nível estadual e municipal. Então, a recomendação nós entendemos  
799 que era melhor figura em termos de instrumento de decisão do Conama para  
800 uma proposta que por enquanto, é federal, que nós queremos que ela seja  
801 nacional, mas adaptada às realidades locais. Por isso foi proposta a estratégia  
802 na forma de recomendação. Então eu passaria à leitura da recomendação, mas  
803 antes quero ouvir, se tiver alguma observação dos Conselheiros.

804

805

806 **SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Nilo, que figura é essa  
807 recomendação? Porque como no Regimento novo agora, qual é a figura da  
808 recomendação, tem a Resolução, recomendação e moção, é isso? São três?

809

810

811 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - O art. 10 do novo Regimento  
812 fala nos atos do Conama, são 5 atos hoje que o Conama dispõe para, vamos  
813 dizer, baixar as suas decisões. O primeiro ato é a Resolução, como eu falei, ele  
814 tem, com base, sobretudo na Lei 6.938, as Resoluções do Conama acabam  
815 tendo força de lei em função da 6.938 principalmente, ou quando se tratar de  
816 matérias específicas, elas podem se reportar a outras leis para serem  
817 referendadas. Aí tem o ato 2, que é a proposição, quando se tratar de  
818 propostas sobre matéria ambiental a ser encaminhada ao Conselho de  
819 Governo, quando é para encaminhar para o Conselho de Governo que está  
820 sobre a condução da Casa Civil. Recomendação quando se tratar de  
821 manifestação acerca da implementação de políticas, programas públicos e  
822 demais temas, com repercussão na área ambiental, inclusive sobre os termos  
823 de parceria de que trata a Lei 9.790, de 23 de março de 1999. Então no caso, o  
824 termo de parceria se usa o instrumento da recomendação. Eu me lembro de  
825 uma única recomendação no Conama instituindo um termo de parceria, que foi  
826 com a Fundan, lá do Piauí, aquela fundação do homem e da natureza, que eu  
827 me lembre, só essa recomendação se refere a essa Lei 9.790. As demais que  
828 nós temos tido são recomendações referentes a zoneamento ecológico  
829 econômico que tem também usado essa figura de recomendação, ou  
830 programas com a 3P, que foi aprovada aqui por essa Câmara, uma  
831 recomendação referente à agenda ambiental na Administração Pública e essa  
832 agora proposta da ENCEA. Então, a recomendação me parece bem adequada  
833 para esse tipo de iniciativa. Além disso, tem a moção e tem também a decisão,  
834 que é um instrumento específico da Câmara Especial Recursal, quando se  
835 tratar de recursos frente às autuações do Ibama e do ICMBio. Ok. Está  
836 esclarecido? Bom, mais alguma observação de caráter geral que algum  
837 Conselheiro ou Conselheira queira fazer ou podemos passar à leitura da  
838 recomendação? Então vamos à leitura. Bom, recomendação tem como  
839 menta, recomenda a adoção da ENCEA, Estratégia Nacional de Educação

840Ambiental em Unidade de Conservação. Então o Conselho Nacional do Meio  
841Ambiente, Conama, no uso das atribuições que lhes são conferidas. Vou pedir  
842o seguinte, eu faço a leitura, se tiver algum destaque em algum ponto, o  
843Conselheiro só levanta a mão, chama a atenção que nós marcamos, depois  
844volta para discussão. Então, o Conama, no uso das atribuições que lhe são  
845conferidas pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo  
846Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu  
847Regimento Interno, anexo à Portaria 168, de 13 de junho de 2005, e no art. 16  
848§ 5º, inciso I da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, o nosso famoso Código  
849Florestal, e o que consta do processo, que aí é o número do processo, que não  
850está ali colocado, mas depois será colocado 02000772/2011-38, e  
851considerando que os planos de manejo das Unidades de Conservação devem  
852incluir programas de educação ambiental e comunicação em suas áreas de uso  
853público e nas áreas de entorno. Considerando que os projetos e ações de  
854educação ambiental e comunicação desenvolvidos pelos gestores das  
855Unidades de Conservação carecem de princípios, diretrizes, objetivos e  
856propostas de intervenção coerente com as diretrizes apresentadas pela Política  
857Nacional de Educação Ambiental pelo Plano Nacional de Áreas Protegidas pelo  
858Sistema Nacional de Unidade de Conservação, SNUC, e com as orientações  
859emanadas dos órgãos federais que tratam dessa temática recomenda aos  
860órgãos e às entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente, SISNAMA, bem  
861como a quaisquer instituições públicas ou privadas, inclusive proprietários  
862pessoais, que sejam responsáveis pela criação e gestão de Unidades de  
863Conservação ambiental das categorias que permitem atividades de educação  
864ambiental, destaque do Donizete nos pessoais, em seu interior e no entorno,  
865que adotem como referência para o desenvolvimento de projetos e ações de  
866educação ambiental e comunicação à estratégia nacional de comunicação  
867ambiental em Unidades de Conservação. A ENCEA foi desenvolvida pelo  
868Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, DEA e  
869pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio, com a  
870participação da Coordenação Geral de Educação Ambiental, CGEA do  
871Ministério da Educação, das diversas coordenações regionais do ICMBio, de  
872órgãos ambientais estaduais e organizações da Sociedade Civil, além de  
873contribuições de especialistas em educação ambiental, comunicação e  
874Unidades de Conservação. O documento completo da ENCEA pode ser  
875acessado nos sítios do ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente. Esse é o  
876texto, destaque do Daniel e do Donizete para essa parte final.

877

878

879**O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** - Eu só tenho destaque no  
880segundo considerando, que depois do SNUC e com as com, tem que tirar o  
881segundo com. Só uma correção de digitação.

882

883

884**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Só uma correção de digitação  
885nesse caso. Donizete.

886

887

888**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Bom, com relação a esse  
889texto aí, parece que no parágrafo abaixo tem escrito Unidades de

890 Conservação ambiental, é isso? Esse ambiental aí não existe, porque Unidade  
891 de Conservação é Unidade de Conservação, não tem esse conceito aí de  
892 Unidade de Conservação Ambiental. Bom, nos, inclusive, proprietários  
893 pessoais, eu entendo que pessoa física e jurídica, mas eu acho que no próprio  
894 SNUC ele diz, como que diz no SNUC, propriedade privada. Então, nós  
895 estamos inventando uma situação que não remete diretamente ao SNUC. Acho  
896 que por semelhança nós podíamos usar a mesma terminologia que está no  
897 SNUC, que é RPPN, Reserva Particular de Patrimônio Natural, mas é unidade  
898 de conservação privada, assim que é colocado. Bom, essas são as  
899 considerações sobre o texto. Eu tenho outras considerações sobre o conjunto  
900 de ações com relação a isso, faço agora ou nós aprovamos o texto primeiro?

901

902

903 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Vamos ver se tem mais  
904 alguma consideração pontual para nós aprovarmos essas alterações pontuais  
905 e depois abrimos para considerações mais de caráter geral.

906

907

908 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** - Lá no final, onde tem os  
909 endereços tanto do ICMBio como do MMA, para algumas pessoas é meio difícil  
910 localizar no site porque está num *bannerzinho* tal. Seria interessante colocar o  
911 *link* direto do documento em PDF. Além do site, o *link* direto porque a pessoa  
912 clica e já baixa direto na lei, o *link* direto do arquivo, não só que está no site,  
913 para facilitar. Só precisa ver qual é o *link* direto do arquivo para incluir.

914

915

916 **A SR<sup>a</sup>. CRISTIANE SOARES (CNC)** – Só um minuto. Esse *link* direto não tem  
917 algum momento que você tenha o número da Resolução, que é o próprio  
918 documento? E aí você pode botar só o *hiperlink*, em vez de você escrever todo  
919 o *link*?

920

921

922 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Mas o *hiperlink*, se você está  
923 vendo no computador, e se imprimiu? Eu não tenho o *link*.

924

925

926 **A SR<sup>a</sup>. CRISTIANE SOARES (CNC)** – Sai diferente?

927

928

929 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Sai diferente. Dá uma cor  
930 diferenciada no texto, só que se eu estou com ele em papel, eu não tenho o  
931 *link*, não tenho o endereço correto. Eu acho interessante você ter, além dos  
932 dois aqui, só acrescentar o endereço correto para *download*, que é o arquivo  
933 PDF, geralmente arquivo PDF que é colocado. Só para facilitar.

934

935

936 **A SR<sup>a</sup>. CRISTIANE SOARES (CNC)** – Vai ficar um endereço enorme.  
937 Normalmente fica feio. Quando é arquivo em PDF, ele fica bem grande.

938

939

940 **SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Eu só acho que facilita a vida  
941 das pessoas, principalmente pessoas que não tem familiaridade com Internet e  
942 tal, que tem muita gente, assim, eu trabalho com professores, nós já demos  
943 capacitação para professores em educação ambiental que, meu, tem professor  
944 que tem trauma de sentar na frente de um computador. Então, para localizar  
945 algumas coisas, fica meio complicado, por isso eu acho que seria interessante  
946 manter o *link* completo também.

947

948

949 **SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Bom, importante nós vemos  
950 aqui que é diretriz para estratégia nacional de comunicação e educação  
951 ambiental. Eu queria chamar atenção para algumas questões que acho que  
952 essas publicações do Ministério devem e merecem principalmente quando se  
953 trata de diretrizes para comunicação e educação ambiental, se ater a alguns  
954 pontos para facilitar o diálogo e construir uma qualificação e uma capacitação  
955 permanente das pessoas com relação a isso. Por exemplo, eu notei nessa  
956 publicação não tem bibliografia. Pelo que eu verifiquei aqui, não achei. Quando  
957 fala em comunicação, nós pegamos uma página igual a essa publicada aqui,  
958 isso aqui é o exemplo de como não deve ser comunicação para educação  
959 ambiental. Então, eu recomendaria até uma revisão dessa publicação para que  
960 nós instruíamos as pessoas, se instruindo também e aprendendo fazendo.  
961 Quando nós entregamos para uma pessoa um manual desse aqui, uma diretriz  
962 dessa, nós estamos nos auto-incriminando com relação à maneira de se portar  
963 um programa de educação ambiental. Aí tem uma série de coisas que deve ser  
964 analisado, tamanho de letra, formato de impressão e etc.. Eu gostaria de  
965 recomendar também já ao Ministério que esse documento, um documento  
966 como esse deveria passar antes para as novas fases, por essa Câmara, a  
967 elaboração do documento e não só recomendação. Eu sei que por uma série  
968 de fatores anteriores etc., mas de agora para frente, quando houver um  
969 documento com esse objetivo, que ele venha para a Câmara, para que nós  
970 possamos discutir um documento e o seu formato, seu conteúdo e etc.. São  
971 essas as observações que eu gostaria de fazer.

972

973

974 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Bom, em relação a essas  
975 observações, Donizete, eu agradeço, eu acho que contribui realmente para nós  
976 podermos melhorar a qualidade, não só das publicações, dos programas.  
977 Agora, não tem exatamente uma bibliografia, mas tem aqui alguns documentos  
978 de referência, está na página 17. Essa publicação não ficou da forma como  
979 nós, infelizmente nós tivemos um problema na época da impressão desse  
980 material, porque ele era para ser formato da publicação era maior, corpo de  
981 letra, tudo isso ia ser bem mais amigável, mas infelizmente na ocasião da  
982 impressão, nós vimos que ia ter que aumentar muito a quantidade e fez-se uma  
983 opção para diminuir um pouco o tamanho, mas aí depois nós vimos em  
984 relação, por exemplo, a essa tabela. Essa tabela que você menciona, é  
985 interessante, porque lista as categorias. A tabela é muito legal porque ela faz  
986 uma coisa que muitas vezes as pessoas perguntam. Primeira coisa que tem  
987 que saber em Unidade de Conservação, quais são as categorias válidas? Pelo  
988 menos pela Legislação Federal, pelo SNUC e quais são as características?  
989 Mas o que eu estou entendendo que o Donizete está falando é da Resolução, é

990da impressão que não é satisfatória realmente, muito pequena e eu mesmo  
991sem óculos não consigo ler isso não. Mas de qualquer forma, Donizete, em  
992relação ao lançamento de programas ou de políticas ou de iniciativas do  
993Ministério na área de educação ambiental, eu acho interessante essa  
994recomendação, embora nós não possamos ser absolutamente rigorosos nisso,  
995porque muitas vezes nós estamos, eu trouxe até algumas publicações no final  
996para distribuir para vocês e nenhuma delas passou pela Câmara Técnica  
997porque não havia como esperar uma reunião de Câmara Técnica, mas sempre  
998que possível, acho que é uma boa iniciativa. Nós trazeremos para cá e vamos  
999dizer assim, usar a Câmara Técnica, aproveitar a Câmara Técnica como uma  
1000referência para as iniciativas nossas. Vamos adotar isso como uma referência,  
1001embora eu reserve aqui também, Donizete, que pode, em alguns momentos,  
1002nós temos que lançar sem ter o tempo necessário, mas para poder fazer aqui  
1003uma consulta. Eu quero também dizer aqui o seguinte, como se trata de uma  
1004recomendação, nós temos, quero até confirmar isso com a Renata, mas pela  
1005minha experiência aqui no Conama em recomendações, nós até gozamos de  
1006uma certa liberdade do ponto de vista da Técnica Legislativa, porque  
1007rigorosamente, eu não sei como é que a Câmara Técnica de Assuntos  
1008Jurídicos vai entender a parte final ali, Danilo, quando nós colocamos sites e  
1009mesmo *link* direto de arquivo. Do ponto de vista de Técnica Legislativa não se  
1010faz isso, não se prevê isso nem em lei, nem decreto, nem em Medida  
1011Provisória, isso normalmente vai em anexo ou algum tipo de coisa assim, mas  
1012como é recomendação, acredito que não tenha problema. Eu já vi outras  
1013recomendações só que quando chega na jurídica, estou mais alertando os  
1014Conselheiros, quando chega na jurídica, ela tem a prerrogativa de  
1015eventualmente fazer o ajuste, de acordo com a técnica que é competência  
1016deles. Só estou lembrando isso porque quando chegar a Plenária, às vezes,  
1017nós podemos falar, mas nós tínhamos feito ali uma alteração, pode acontecer  
1018isso porque recentemente aconteceu com a recomendação da 3P, tinha uma  
1019coisa dessa de uma referência do site do MMA e a jurídica retirou, não lembro  
1020qual foi a solução que deu, mas eles retiraram no entendimento de que não  
1021cabia. Mas acho que se a Câmara entende que assim está bom e que deve  
1022inclusive colocar o *link* direto, que a Cristiane observou que realmente às  
1023vezes, dependendo do passo a passo, até chegar ao PDF, fica bem grande e  
1024bastante feio o *link*, mas se houver o entendimento da Câmara de manter  
1025assim, tudo bem, agora, sabendo que na jurídica pode alterar.

1026

1027

1028**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Nilo, eu gostaria, neste caso,  
1029ao encaminhar esse assunto para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos,  
1030que os nossos nobres causídicos sejam orientados, que não é uma matéria  
1031que merece toda a técnica legislativa, o que nós estamos fazendo aqui. É uma  
1032recomendação que merece uma orientação aos parceiros, aos órgãos públicos,  
1033estaduais, municipais, que vão reutilizar e até a iniciativa privada. Mas não  
1034como um documento com os detalhes, as minúcias de uma Resolução. Então,  
1035essa orientação tem que ir anexa na recomendação, para explicar isso para os  
1036colegas, para que não tomem uma medida de alterar e etc., porque não está na  
1037técnica legislativa.

1038

1039

1040 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Nilo, também poderia solicitar  
1041a parte de informativa do Ministério, porque há possibilidade de se criar links  
1042reduzidos. Não precisa criar aquele link enorme, pode se criar um link reduzido  
1043para esse documento. Deve ter algum *webdesign* dentro do Ministério que  
1044poderia estar criando isso, para evitar ter um endereço gigante, faz um link  
1045reduzido, como muitos sites já vêm fazendo e tal, porque ajudaria.

1046

1047

1048 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Ajudaria porque isso obrigaria  
1049ao documento receber um destaque no site do MMA, de repente, um ícone que  
1050facilita um acesso mais direto. Lembrando, Daniel e Donizete, que esse  
1051documento, a rigor, o endereço dele principal são gestores. Ele não é uma  
1052estratégia para ampla difusão na sociedade, porque a aplicação dessas  
1053diretrizes cabe realmente principalmente aos gestores, que vão aplicar essas  
1054diretrizes no trabalho de comunicação e educação ambiental, aí esse sim,  
1055dirigido a toda a sociedade. Aí é amplo, é um endereço, vamos dizer, de  
1056massa. Mas a estratégia propriamente tem um direcionamento a gestores  
1057mesmo, não só de unidades, de órgãos também ambientais. Então, esse  
1058pessoal em geral tem acesso mais facilitado. Mas você tem razão quando fala,  
1059por exemplo, município, pequenos municípios, onde às vezes até o sinal de  
1060Internet não é dos melhores. Então, nós temos que pensar em todas essas  
1061situações sim. Quando fazemos uma Resolução, é nacional. Temos que ver  
1062tudo isso sim.

1063

1064

1065 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Nilo, como é um tema que está  
1066até sendo pauta em outros Estados, que é a questão da educação ambiental  
1067em Unidades de Conservação, esse já não seria um tema interessante para um  
1068GT, para essa Câmara, para nós estarmos discutindo algumas resoluções,  
1069algumas coisas que têm que acontecer dentro das Unidades de Conservação,  
1070a princípio, na federal, principalmente as federais?

1071

1072

1073 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Eu não sei, Daniel, se nós  
1074precisaríamos criar um GT. Acho que nós poderíamos, enquanto Câmara  
1075Técnica, representada pelos diferentes segmentos, nós talvez definirmos uma  
1076diretriz entre nós, para que os Conselheiros eventualmente possam trabalhar  
1077proposições referentes a como executar. Eu até pensei numa emenda nessa  
1078recomendação, mas já pensei e deixei de lado, não apresentei, mas vou dizer  
1079qual seria. É bem nessa direção que você está falando. Seria, por exemplo,  
1080porque nós estamos fazendo uma recomendação de um programa que é do  
1081Governo Federal, mas que seja considerado, o verbo que está colocado aqui,  
1082que adotem como referência. Então não está impondo nada, apenas adotando  
1083como referência. Eu pensei que depois desse, aliás, até nós temos que  
1084numerar isso como artigo, Renata? Porque estou me lembrando das  
1085recomendações de zoneamento ecológico e econômico, e normalmente elas  
1086vêm com os considerandos e depois vem já o art. 1°. E eu sugeriria que aos  
1087órgãos que fosse o art. 1° e a ENCEA que, na verdade, é uma explicação do  
1088que é estratégia, fosse um parágrafo único para explicar por que está sendo  
1089recomendada essa adoção dessa estratégia. Não seria um novo artigo, acho

1090que entendo que aqui seria melhor um parágrafo único. Mas eu ia sugerir um  
1091outro artigo, um outro parágrafo, vou colocar aí também à apreciação dos  
1092senhores, que recomendasse. Então como recomenda aqui: que adotem como  
1093referência para o desenvolvimento de projetos e ações de educação ambiental,  
1094comunicação a ENCEA. Eu pensei em algum dispositivo em seguida aqui, que  
1095indicasse a possibilidade de os órgãos estaduais e municipais realizarem em  
1096conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e com o ICMBio atividades de  
1097adaptação local dessa estratégia. Mas eu acho que isso já é da dimensão da  
1098decisão do próprio executivo, acho que não cabe nós ficarmos detalhando uma  
1099recomendação, já começa a se transformar num projeto. Acho que não cabe.  
1100Agora, concordo com essa ideia que Daniel está colocando, de nós pensarmos  
1101em eventuais proposições que decorram dessa iniciativa aqui. E aí acho que  
1102caberia a cada segmento apresentar. Nós mesmos do Departamento de  
1103Educação Ambiental vamos passar a estudar agora com mais carinho  
1104proposições aqui para essa Câmara Técnica. Então, acho que nessa linha de  
1105Unidade de Conservação, por exemplo, vou dizer uma para vocês, que nós  
1106estamos em diálogo com o ICMBio. Conselho Gestor de Unidade de  
1107Conservação. Então, entre os nossos desafios de implementação de UCs, o  
1108principal deles é plano de manejo, porque infelizmente ainda é uma menor  
1109parte das Unidades de Conservação no País que já dispõe de planos de  
1110manejo. O Donizete sabe bem a dificuldade que é se formar um plano de  
1111manejo, trabalho que dá, isso tem dificultado tanto o Governo Federal, quanto  
1112estadual e municipal na execução dos planos. Mas isso é uma prioridade. É  
1113fundamental quando se pensa em implementação de UCs. Agora, um elemento  
1114também importante na implementação é o Conselho Gestor. E também tem  
1115sido ainda poucas, quer dizer, não são muitas unidades que já dispõem de  
1116Conselho Gestor, principalmente ativo, porque no papel até tem muitos  
1117conselhos, mas com uma atividade, com uma rotina de reuniões, de discussão  
1118sobre a unidade e tal, ainda são poucas as unidades. Então, nós estamos  
1119avaliando com o ICMBio para apresentar futuramente uma proposição, que eu  
1120não sei se seria recomendação ou resolução, que oriente a formulação, a  
1121Constituição e a eleição de conselhos gestores de UCs, que dê algumas linhas  
1122de orientação, porque cada lugar, cada unidade, como isso não está detalhado  
1123nem no SNUC, nem no decreto, fica em aberto. Aí as unidades às vezes não  
1124fazem até porque também não tem também uma orientação de como fazer. E  
1125como isso envolve muitas vezes poder local, envolve interesses locais, então  
1126acaba que, por comodismo, acaba não se criando. Então, acho uma ideia muito  
1127legal, agora mesmo antes da reunião eu fiz uma provocação lá ao presidente  
1128do ICMBio, mas ele propôs que antes de nós discutirmos aqui na Câmara, nós  
1129façamos ainda uma conversa com o ICMBio, que tem experiência das unidades  
1130na ponta, como é que está, quais são as dificuldades, para nós chegarmos aqui  
1131na Câmara com algo um pouquinho mais definido, como proposição. Vai bem  
1132nessa linha que o Daniel está falando.

1133

1134

1135**O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Como dizia a minha professora  
1136no primário, temos lição para casa.

1137

1138

1139*(Risos!)*.

1140

1141

1142 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – É isso aí. Bom, eu pergunto se  
1143 algum Conselheiro ou Conselheira tem alguma alteração ao texto, se podemos  
1144 só consultar os Conselheiros sobre as alterações feitas, se tem alguma  
1145 contrariedade? A primeira alteração que foi feita é o que seria no art. 1º, que  
1146 nós então... Vamos definir como art. 1º? Alguém é contrário? Podemos  
1147 considerar aprovada essa numeração, essa indicação no início do texto?

1148

1149

1150 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Já que estamos reduzindo a  
1151 linguagem jurídica, acho que nós podíamos tirar essa expressão de “artigo  
1152 primeiro”. E pode ser “item 1”, por exemplo.

1153

1154

1155 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Acho que ela já tem um formato próprio.

1156

1157

1158 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Você acha ou tem?

1159

1160

1161 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Eu tenho quase certeza  
1162 também que é formado próprio como artigo.

1163

1164

1165 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Se o Danilo tiver acesso a  
1166 isso... Você tem acesso à rede aí, Danilo? Não? Mas nós temos o livro de  
1167 Resoluções do Conama... Ah não, o livro não tem recomendações. Só no site.  
1168 Todas elas têm artigo, parágrafo, inciso, mesmo as recomendações. Lembro-  
1169 me da recomendação referente ao Zoneamento Econômico Ecológico da BR  
1170 163, que tem vários artigos, foram feitos vários artigos, todos eles definindo  
1171 procedimentos. A3P também.

1172

1173

1174 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Ok. Se realmente é  
1175 necessário, estou de acordo.

1176

1177

1178 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Podemos considerar  
1179 aprovado? Estou querendo aprovar de forma mais célere porque são coisas,  
1180 são detalhes tão...

1181

1182

1183 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Só lembrando que no  
1184 parágrafo anterior tirou um “com” que estava lá.

1185

1186

1187 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Ah, certo. Mas ali nós  
1188 consideramos que foi um ajuste da digitação. Não tem necessidade. Alguém é  
1189 contrário à inclusão do art. 1º. Quem for a favor, permaneça como está.



1190Aprovado. Pode ser assim? Tem a outra alteração proposta pelo Donizete, que  
1191retira a expressão “inclusive proprietários pessoais”, que realmente é uma  
1192expressão que eu também acho que não cabe. Alguém defende a manutenção  
1193da expressão? Não? Então, está aprovada a emenda de exclusão de redação.  
1194E, por último, a expressão “ambiental”, após “conservação” também. Alguém é  
1195contrário a essa emenda de supressão? Então, está aprovada também. No  
1196seguinte, nós propomos a inclusão de parágrafo único com um esclarecimento  
1197sobre a estratégia, a forma como foi formulada. Pergunto se alguém é contrário  
1198a essa definição aí de parágrafo único. Não? Então, está aprovado também. E,  
1199ao final, proposta da Bioeste, a inclusão do link direto do arquivo com a  
1200recomendação, Renata, de que o Ministério providencie um link mais simples e  
1201mais direto para um arquivo em PDF dessa estratégia. Bom, se não temos  
1202mais nenhuma observação em relação a essa matéria, podemos considerá-la  
1203aprovada? Então, está aprovada a recomendação para adoção da ENCEA,  
1204Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de  
1205Conservação. Essa matéria seguirá para a Câmara de Assuntos Jurídicos e,  
1206sendo aprovada na Câmara de assuntos jurídicos, a primeira plenária de 2012,  
1207que deve acontecer no mês de março, para apreciação do plenário e posterior,  
1208depois de aprovada, difusão em todo o País. Alguém pediu a palavra?

1209

1210

1211**O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Foi colocado aqui pela  
1212companheira de Goiás que, como retirou inclusive proprietários pessoais,  
1213quando se fala em públicas e privadas, quaisquer instituições públicas e  
1214privadas contempla pessoa física dona de uma RPPN? Ela não é uma  
1215instituição, é pessoa física.

1216

1217

1218**A SR<sup>a</sup>. JAQUELINE VIEIRA (Secretaria Do Estado De Goiás)** – Eu não  
1219reconheço no texto sendo contemplada uma pessoa física que institui uma  
1220RPPN. Eu gostaria que... Quando nós colocamos, Donizete, “quaisquer  
1221instituições públicas ou privadas”, contempla uma pessoa física que institui  
1222uma RPPN? RPPN pode ser privada, mas a iniciativa é de um proprietário.  
1223Pode ser instituição pública ou privada?

1224

1225

1226**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Talvez uma solução aqui,  
1227Donizete, podia ser a seguinte: “bem como a quaisquer instituições públicas ou  
1228privadas, pessoas físicas ou jurídicas”.

1229

1230

1231**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Eu acho que ficaria mais  
1232explícito. Porque o próprio SNUC diz que as Unidades de Conservação podem  
1233ser instituídas por pessoa públicas ou privadas. Diz assim no SNUC.

1234

1235

1236**O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Acho que como o Nilo colocou  
1237fica melhor, pessoas físicas ou jurídicas.

1238

1239

1240 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – É porque em seguida vai dizer  
1241 “que sejam responsáveis pela criação e gestão de Unidades de Conservação”.

1242

1243

1244 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Analisando ao pé da letra aí,  
1245 nós vamos dizer o seguinte: a pessoa física e jurídica não cria. Então o texto  
1246 fica embarçado aí também. Porque é pessoa física e jurídica, ela não cria,  
1247 quem cria é o órgão público, que reconhece. Ela solicita.

1248

1249

1250 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Tem isso também. A gestão  
1251 pode até ser feita, pessoa física.

1252

1253

1254 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Eu entendo, eu sou  
1255 proprietário de RPPN, eu entendo que nós estamos plenamente contemplados  
1256 ali. Se nós ficarmos nos detalhando muito, se passar despercebido a CTAJ não  
1257 tem problema nenhum. Está recomendado.

1258

1259

1260 **A SR<sup>a</sup>. POLITA GONÇALVES (INEA/RJ)** – Eu acho que só incluir ali “e no  
1261 entorno, incluindo RPPN” e aí continua. Não?

1262

1263

1264 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Depois de “entorno”? Onde é  
1265 que...

1266

1267

1268 **A SR<sup>a</sup>. POLITA GONÇALVES (INEA/RJ)** – Ou em alguns (...), só incluindo  
1269 RPPN.

1270

1271

1272 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Mas já está incluso. Quando  
1273 fala em Unidades de Conservação, a RPPN está dentro.

1274

1275

1276 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Quando está falando em  
1277 Unidades de Conservação, a RPPN já está contemplada, a questão só é que  
1278 muitas vezes uma RPPN, a gestão dela é feita por um proprietário, uma pessoa  
1279 física ou jurídica, mas não se vê incluído quando é pessoa física em  
1280 instituições. Agora, a rigor, nós estamos fazendo uma discussão aqui para  
1281 melhorar, para dar uma qualidade no texto, é um pouco até preciosismo, mas  
1282 faz bem nós conversarmos e dialogarmos sobre detalhes do texto, porque  
1283 muitas vezes depois na Câmara jurídica, o presidente, aqui no caso, eu vou ter  
1284 que estar lá Câmara Jurídica, quanto mais nós nos precavermos melhor para...

1285

1286

1287 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Mas, Nilo, o ponto que eu  
1288 levantei eu acho que fica esclarecido o seguinte: que sejam responsáveis. Por

1289 exemplo, o proprietário, pessoa física ou jurídica não é responsável pela  
1290 criação. Então, o texto já satisfaz, fazendo uma leitura mais criteriosa.

1291

1292

1293 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – “E/ou” vai ser cortado na  
1294 jurídica, disso eu sei, porque já é tradição lá. “Mantendo pessoas físicas e  
1295 jurídicas”. Eu também acho e não vejo problema, porque ali o “e/ou” seria  
1296 perfeito, porque nesse caso pessoa física não cria. “Que sejam responsáveis  
1297 pela criação” não quer dizer que criou, mas foi, por exemplo, quem provocou a  
1298 criação. Porque RPPN, por exemplo, é uma decisão importante, porque o  
1299 proprietário quer reservar uma parte da sua propriedade para conservação total  
1300 daquela área, porque RPPN pode ser parcial também. Porque, de qualquer  
1301 forma, ele faz parte, é um dos responsáveis pela criação sim. Então, todos  
1302 estão de acordo com a emenda da Jaqueline? OK. Está aprovada. Vejamos,  
1303 tem ainda esse outro parágrafo único aqui, já que nós aprovamos, mas  
1304 voltamos atrás aqui. Mas foi bom. Eu gostaria até de dar uma relida porque é  
1305 um texto que eu achei um pouco coloquial também. Vamos ver se todos estão  
1306 de acordo. Ele diz assim: A ENCEA foi desenvolvida pelo Departamento de  
1307 Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, DEA, e pelo Instituto  
1308 Chico Mendes, com a participação da Coordenação Geral de Educação  
1309 Ambiental, CGEA, do Ministério da Educação, das diversas coordenações  
1310 regionais do ICMBio, de órgãos ambientais estaduais e organizações da  
1311 sociedade civil, além de contribuição de especialistas em educação ambiental,  
1312 comunicação e Unidades de Conservação. O documento completo da... Bom,  
1313 aí tem um detalhe que não se faz ponto em dispositivo de... Minha dúvida é se  
1314 seria assim: parágrafo 1º, parágrafo 2º. O documento, no caso, § 2º, o  
1315 documento completo da ENCEA pode ser acessado nos sítios tal e tal. Acho  
1316 que é melhor um § 2º porque normalmente não se faz ponto em dispositivo de  
1317 lei, de resolução. Quando faz o ponto muda o número da... E aí, ao invés de  
1318 “único” lá em cima, seria § 1º. Outras melhorias, eu tenho certeza que a jurídica  
1319 fará com toda competência, quer queira ou não. Mas pelo menos daqui  
1320 estamos satisfeitos com esse texto? Podemos considerar aprovado agora?  
1321 Então, aprovado na forma como está a recomendação. Agradeço a  
1322 colaboração de todos. Passamos ao próximo item da pauta, que é na parte de  
1323 informes. Nós temos aqui o seminário... Eu quero fazer uma pergunta aos  
1324 Conselheiros, é 12h10. Nós concluímos, porque agora mais o polêmico era a  
1325 recomendação. O resto agora, eu acho que é tranquilo. Vamos concluir. Depois  
1326 nós almoçamos e ficamos liberados. Então, o item 4, 4.1 Seminário de  
1327 Educação Ambiental que foi realizado na Bahia em 2009. Esse Seminário  
1328 gerou um relatório que está aqui no processo. Hoje esse processo inclusive  
1329 está de posse lá do Departamento de Educação Ambiental, e nós vínhamos  
1330 analisando esse processo. Ele só não está, eu não estou dando entrada  
1331 formalmente aqui ao Conama, porque ainda falta um documento, um  
1332 memorando da Secretaria que não foi possível trazer hoje, mas vai ser  
1333 encaminhado aqui durante a semana. Para esclarecimento dos Conselheiros,  
1334 na época do seminário, logo após o seminário, o presidente da Câmara  
1335 Técnica se manifestou, e a matéria voltou a ser pautada em 2011. O seminário  
1336 foi em 2009. O representante do governo do Estado da Bahia, que é o Tosa, o  
1337 Erastóstenes, ele ficou de apresentar alguns encaminhamentos e proposições  
1338 por linhas temáticas. Mas antes de ele fazer essa apresentação do relatório do

1339seminário, ele deixou de fazer parte da Câmara Técnica. Então, nós tivemos  
1340um problema de continuidade. Na reunião seguinte, que foi a 24ª Reunião da  
1341Câmara Técnica, que foi em abril de 2011, o Daniel da Bioeste, o Luis Ferraro  
1342que é atualmente o diretor de Educação Ambiental do Governo do Estado da  
1343Bahia, e o Nilo, que é esse que vos fala aqui, diretor do Departamento de  
1344Educação Ambiental, ficaram de elaborar uma minuta de proposta de resolução  
1345sobre o tema que seria entregue até maio ao Departamento de Apoio ao  
1346Conama. O Departamento de Educação Ambiental do Ministério, a intenção era  
1347apresentar uma proposta de resolução que tratasse de educação ambiental no  
1348licenciamento ambiental, porque relendo o relatório desse Seminário, tem um  
1349número grande de proposições, até o Daniel também me disse que já estudou  
1350um pouco o relatório, tem um número grande de proposições, mas a que nós  
1351vimos, Daniel, aquela resolução que nós vimos, aquela proposta do relatório  
1352que nós vimos com maior condição de execução foi exatamente referente ao  
1353licenciamento ambiental. A educação ambiental no licenciamento. Um conjunto,  
1354foi um dos Grupos de Trabalho, de seminário, o tema dele era o licenciamento,  
1355A Educação Ambiental no Licenciamento no Âmbito do Sisnama, com Vistas à  
1356implementação do art. 6º do Decreto 4.281, que trata exatamente do tema da  
1357educação ambiental no licenciamento. E aí, inclusive o Decreto é citado no  
1358relatório do seminário. Houve uma discussão no grupo. E entre os resultados  
1359desse grupo do licenciamento tem várias, eu posso fazer aqui rapidamente  
1360uma leitura de alguns pontos, por exemplo, as empresas devem ser  
1361consultadas e devem participar da regulamentação da educação ambiental, o  
1362que naturalmente aqui no Conama se permite, porque o segmento produtivo  
1363empresarial tem representação no Conselho. Depois, necessidade de  
1364diagnóstico participativo com as comunidades afetadas por empreendimentos.  
1365Uma outra proposta desse grupo foi alinhamento das empresas que estão  
1366atuando na mesma área. Os órgãos ambientais devem ser articuladores junto  
1367aos empreendedores para direcionamento de um plano de educação ambiental  
1368com as comunidades afetadas. Divulgação da experiência acumulada pelos  
1369diversos órgãos licenciadores. Enfim, são todas contribuições que, ao nosso  
1370ver, eu não vou ler as demais, tem muita coisa aqui, mas uma delas aqui: a  
1371elaboração de uma minuta de proposta aos órgãos licenciadores do Sisnama,  
1372para consulta pública também no caso de educação ambiental. Então, essas  
1373observações do relatório de seminário, nós achamos que tem assim, indicam,  
1374pelo menos sugerem uma resolução do Conama que valorize, que dê  
1375diretrizes, que estabeleça inclusive formas de monitoramento e de participação  
1376na educação ambiental no âmbito do licenciamento, sobretudo como  
1377condicionante de licenciamento. Então, o que nós fizemos no departamento de  
1378educação ambiental? Eu ainda não fazia parte, ainda não era diretor de lá, foi  
1379antes ainda na gestão do Claudisson, era membro aqui, acompanha a câmara  
1380técnica de educação ambiental, e o antigo diretor, o Claudisson, e antes dele  
1381até, a Lucia Mello, que tem uma experiência grande na área de licenciamento,  
1382eles fizeram, organizaram um Grupo de Trabalho envolvendo Ibama,  
1383envolvendo também o setor de petróleo no Rio de Janeiro, que tem uma  
1384experiência também muito grande no setor de gás e petróleo. E aí formularam  
1385uma proposta. Eu até trouxe aqui um dos primeiros rascunhos, uma proposta  
1386de Instrução Normativa primeiro do Ibama, uma IN que estabelece as bases  
1387técnicas para programas de educação ambiental apresentadas como medidas  
1388mitigadoras ou compensatórias em cumprimento às condicionantes das

1389 licenças ambientais emitidas pelo Ibama. Então, eu trouxe informalmente aqui  
1390 essa versão porque na verdade ela até está superada já. É uma proposta com  
1391 7 artigos, alguns parágrafos e que, na verdade, ela já evoluiu. Nós  
1392 entendemos, o grupo de trabalho entendeu que seria, antes de qualquer  
1393 proposição ao Conama, seria bom que o Ibama instituísse como Instrução  
1394 Normativa esse encaminhamento, e posteriormente o Ibama apresentasse  
1395 essa Instrução ao Conama como proposta de resolução. Porque na lei 6.938 e  
1396 no Decreto 99.274, a previsão nesse tema do licenciamento é de que as  
1397 matérias sejam apresentadas pelo Ibama. Quer dizer, não impede que  
1398 qualquer Conselheiro apresente, inclusive o MMA. Mas como o Ibama é  
1399 vinculado ao MMA, houve o entendimento, nós entendemos que aí é melhor  
1400 que o Ibama institua a Instrução e ao mesmo tempo encaminhe para esta  
1401 Câmara Técnica, ao Conama, uma proposta de resolução em termos  
1402 semelhantes à Instrução Normativa. E eu tive agora de manhã um novo contato  
1403 com a Elizabeth Wema do Ibama, e ela me confirmou que nessa semana eles  
1404 estão fechando o texto, porque teve muita contribuição, recebeu muita  
1405 contribuição, eles estão fechando o texto dessa Instrução Normativa, vão  
1406 encaminhar à Procuradoria Geral do Ibama, que é a área jurídica do Ibama,  
1407 que já apreciou o texto, mas como teve modificações, vão dar uma última  
1408 olhada e deve seguir para a presidência nos próximos 15 dias para que seja  
1409 assinada a Instrução Normativa. E aí, o que eu estou querendo propor aqui a  
1410 vocês, eu estou me adiantando um pouco, Daniel, depois eu quero ouvir você  
1411 também em relação aos outros pontos. Mas em relação a esse ponto aqui, a  
1412 proposta nossa que eu discuti com o pessoal do Ibama é que esta Câmara  
1413 Técnica, em vista desse processo do seminário que está sob a  
1414 responsabilidade da Câmara, recomende ou sugira que o Ibama encaminhe a  
1415 esta Câmara Técnica o quanto antes uma proposição referente à educação  
1416 ambiental no licenciamento, tendo em vista que a Câmara está ciente do  
1417 andamento da discussão dessa Instrução Normativa no Ibama. Não é uma  
1418 imposição do Conama ao Ibama, mas é apenas uma sugestão, uma  
1419 recomendação que nós podemos formalizar, eu até discuti isso com a Adriana,  
1420 nós podemos encaminhar o processo do seminário essa semana, aqui para o  
1421 Conama e para a Câmara Técnica com um ofício ou memorando da secretária  
1422 Samyra Crespo, exatamente recomendando que o Conama aprecie uma  
1423 resolução a respeito do tema, instado ou provocado a partir de uma proposta  
1424 que o Ibama já está discutindo. Então, com esse ofício, esse memorando da  
1425 Secretaria, mais uma decisão que a Câmara pode tomar aqui de encaminhar  
1426 essa sugestão ao Ibama, nós juntamos as duas, caminhamos ao Ibama e aí  
1427 esperamos que na próxima reunião da Câmara Técnica nós já recebamos com  
1428 antecedência a proposta de resolução para os Conselheiros apreciarem e  
1429 chegarem aqui em condições eventualmente até de discutir e votar e aprovar,  
1430 ou criar um Grupo de Trabalho, se assim acharem que convém. Porque como  
1431 envolve interesses dos Estados, dos municípios, do setor produtivo, da  
1432 sociedade civil, de todos. Então, pode, eventualmente, entender a Câmara  
1433 Técnica, que é melhor formar um Grupo de Trabalho para aprofundar a  
1434 discussão. Mas se não, se aprovar, eu acho que vem boa hora, porque  
1435 seminário em 2009, nós já estamos em 2012, são 3 anos que vai completar em  
1436 maio, e o ideal seria que nós tivéssemos, quem sabe na segunda plenária do  
1437 ano, uma matéria dessa para encaminhar. Isso é à vontade lá do nosso  
1438 Departamento de Educação Ambiental, mas naturalmente a Câmara é

1439soberana para decidir nessa instância. Então, essa é a nossa proposição.  
1440Quero ouvir também o Daniel, porque ele estava responsável de trazer um  
1441resultado. O que eu estou podendo trazer é esse encaminhamento.

1442

1443

1444**O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Na reunião da Câmara  
1445Técnica do ano passado, onde o Estado da Bahia também se fazia presente  
1446aqui na Câmara Técnica, foi colocado que tinha acontecido o seminário e que  
1447as respostas não tinham sido dadas, o relatório, que eram para sair algumas  
1448resoluções desse seminário, e que até então não tinha acontecido. Na  
1449oportunidade, como se tratou da Bahia, estou lá na Bahia, me coloquei à  
1450disposição, depois vi que não era uma tarefa tão simples como eu pensei, uma  
1451vez que eu não participei do seminário, quem foi, foi a coordenadora de  
1452Educação Ambiental do Instituto Bioeste, que fio para o seminário e eu não  
1453tinha ido. Então, ficou meio complicado. Mas mesmo assim me dediquei ano  
1454passado a algumas leituras desse relatório, fui consultar pessoas que  
1455participaram do seminário para saber também a opinião delas e tal, e com  
1456algumas questões eu já vinha me preocupando. Uma delas, além do que o Nilo  
1457colocou, que eu vejo, pelo que eu li, seria interessante um Grupo de Trabalho  
1458sobre o licenciamento, a educação ambiental no licenciamento. Mas como o  
1459Nilo colocou, vamos esperar primeiro essa Instrução Normativa do Ibama, eu  
1460acho que é isso, para, de posse dessa Instrução Normativa, nós termos mais  
1461subsídio para tocar um Grupo de Trabalho. Eu fiz algumas anotações no  
1462relatório de algumas deliberações principalmente do grupo 3, que era  
1463deliberação da terceira conferência em relação ao art. 3º da Lei 9.795/99 e que  
1464foram feitas algumas considerações e deliberações, que eu não sei se foram  
1465acatadas, se não foram. Uma delas era na inclusão da educação ambiental no  
1466Plano Nacional de Mudança do Clima, porque era o ponto de pauta naquele  
1467ano. Então, não sei como ficou isso. E de um Grupo de Trabalho que delinea-la  
1468implementá-la com a representação regional específica. Não sei se foi feita  
1469naquela época, de promover a formação em educação ambiental, várias coisas  
1470muito interessantes. Algumas coisas que acho que os presentes aqui, dando  
1471uma lida, até estimulem nós fazermos algum trabalho, ou de resolução ou até  
1472mesmo de recomendação. De apoio às ações de educação ambiental e  
1473transformação para além de ações mitigadoras, nesse sentido. E do outro  
1474grupo também 4 que trataria do licenciamento, que é o art. 6º do Decreto  
14754.281, que vem falar sobre como dispõe a Política Nacional de Educação  
1476Ambiental por licenciamento. Tem algumas contribuições interessantes aqui,  
1477como a do Carlos Frederico Loureiro, até Edna da Petrobras também, a Beth  
1478Wagner, que era do IMA da Bahia, Instituto do Meio Ambiente. Então, acho que  
1479o que nós precisamos, como o Nilo falou, é dar um encaminhamento do que foi  
1480feito. Foi uma ação do Ministério em parceria com o Governo do Estado da  
1481Bahia que infelizmente ficou parada no tempo. Acho que essa Câmara Técnica  
1482precisaria debruçar sobre esse documento, já que não sei se alguém esteve  
1483presente nesse seminário que teve lá, além do Nilo, mas se debruçar sobre  
1484esse documento que nós temos, não sei se tem mais subsídio dentro do  
1485processo geral, que eu não folheei o processo, mas que nós tomemos algumas  
1486providências de acordo com os resultados e as deliberações que saíram desse  
1487seminário.

1488

1489

1490 **SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Minha proposta é a seguinte:  
1491 primeiro, estou de acordo com a sugestão do Nilo, de fazer uma recomendação  
1492 ao Ibama, de dar uma celeridade nesse processo de formulação de uma  
1493 resolução e, independentemente disso, gostaria de sugerir, e se for possível,  
1494 que alguns membros dessa Câmara Técnica de também elaborarmos uma  
1495 minuta de resolução, porque se não vier de um lado, nós fazemos de outro.  
1496 Nós recomendamos, mas não esperamos, porque como parece um assunto  
1497 extremamente importante, delicado e que vai demonstrar interesse muito  
1498 grande pelos empreendedores nessa questão e, de fato, é necessário uma  
1499 orientação maior e uma atuação maior na parte de educação ambiental desses  
1500 empreendimentos, que todos nós aqui sabemos o que significa isso, não  
1501 precisa ficarmos detalhando. Então, eu gostaria de sugerir que um grupo de  
1502 pelo menos 3 pessoas, não vamos chamar de grupo técnico, mas uma  
1503 comissão, se for possível, elaborar uma minuta para nós discutirmos aqui  
1504 internamente, enquanto nós aguardamos a minuta que vem do Ibama. Eu vou  
1505 adiantar, não sou muito dessa área de licenciamento, não é muita expertise  
1506 nossa, mas se for necessário, até por conveniência do grupo, nós também  
1507 entramos nesse time para fazermos essa minuta. Mas eu acho que é  
1508 indispensável a presença do nosso amigo Daniel, que é da Bioeste, por força  
1509 de origem do assunto, os empreendedores, o pessoal que representa aqui a  
1510 classe empresarial tinham que fazer parte dessa Comissão, e mais alguém do  
1511 próprio Governo, Ministério do Meio Ambiente, para nós elaborarmos uma  
1512 minuta, independentemente da espera do Ibama. Porque o Ibama tem muitas  
1513 atribuições e isso nós já temos 3 anos nessa caminhada.

1514

1515

1516 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Donizete, fazer uma sugestão  
1517 aqui para tentar, você convidou o MMA para participar desse grupo, então,  
1518 para não dizer “não” rotundo, como dizia o Brizola, eu quero comentar só a  
1519 respeito da ideia inicialmente. Eu acho que o princípio, pelo que eu conheço do  
1520 meu amigo Donizete, é nós procurarmos agilizar um pouco, dar uma forma, ter  
1521 uma iniciativa no sentido de que a coisa aconteça para que na próxima... É o  
1522 meu desejo também e acho que isso é fundamental. Estou querendo sugerir,  
1523 Donizete, que no encaminhamento aqui da decisão dessa Câmara Técnica em  
1524 relação a esse assunto nós façamos constar de início que a Câmara Técnica,  
1525 no ensejo de dar encaminhamento ao seminário que o Conama realizou em  
1526 2009 na Bahia e que destaca o tema da educação ambiental no licenciamento,  
1527 a Câmara Técnica viu a importância de se dar continuidade com uma resolução  
1528 que trate do tema. Mas sabendo, então nós já indicamos que a Câmara  
1529 Técnica está e tem a intenção de trabalhar essa resolução. Entretanto,  
1530 aguardaria alguns dias, aguardaria, sabendo que o Ibama está prestes a baixar  
1531 Instrução Normativa, aguardaria mais alguns dias para receber essa  
1532 provocação, essa proposta do Ibama sobre a qual a Câmara se debruçaria.  
1533 Dessa forma, eu acho que dá a entender que nós estamos empenhados nisso  
1534 e, caso não venha uma proposta do Ibama, a Câmara vai dar sequência. Eu só  
1535 estou falando isso, Donizete, para evitar retrabalho, porque pode acontecer,  
1536 estou com a expectativa, de que semana que vem já tenhamos o texto no  
1537 Ibama.

1538

1539

1540 **SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Então nós damos o prazo,  
1541 até a nossa próxima reunião do Conama, e não até a próxima reunião da  
1542 Câmara Técnica. E nós já ficamos sabendo se entregou ou não.

1543

1544

1545 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – O tema voltará à pauta na  
1546 próxima reunião da Câmara Técnica e a expectativa é que já com a proposição  
1547 do Ibama. Estou tendo todo um cuidado só para nós não provocarmos de um  
1548 jeito que incomode nossos colegas que estão debruçados sobre o tema e pode  
1549 passar a ideia de que nós estamos achando que estão lá prevaricando ou  
1550 postergando uma iniciativa importante. Não é essa a situação. Eu estou  
1551 acompanhando de perto, e sei que a vontade do presidente do Ibama é de  
1552 assinar logo essa Instrução. Só detalhes técnicos que tem feito ela ainda  
1553 atrasar um pouquinho. Mas acho que dessa forma que eu falei, você anotou  
1554 alguma coisa, Renato, para nós formularmos depois? Porque aí fica uma coisa  
1555 bem clara, que na próxima reunião da Câmara Técnica, Renato, nós já  
1556 definamos como pauta esse tema, como uma proposição que ou virá do Ibama  
1557 ou dos próprios membros da Câmara Técnica, que se organizam com  
1558 antecedência para isso.

1559

1560

1561 **SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Nilo, eu só acho que esse  
1562 grupo sugerido pelo Donizete já poderia começar a se articular e pensar, desde  
1563 já, porque também depois da próxima plenária nós sabemos que o espaço para  
1564 a próxima reunião é aproximadamente de um mês. Então, não daria tempo de  
1565 nós pararmos na plenária para começarmos a conversar. Então, seria  
1566 interessante já sair com esse grupo formado, mesmo sabendo que vai sair  
1567 essa IN, para nós já estarmos preparado, já estarmos começando a escrever  
1568 alguma coisa nesse sentido, preparando algum documento nesse sentido.  
1569 Caso não venha ou o que venha, não contempla a expectativa dessa Câmara,  
1570 que nós já providenciemos a resolução.

1571

1572

1573 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – OK. Quero ouvir os demais  
1574 Conselheiros e Conselheiras. Qual é a disposição? Porque se formarmos o  
1575 grupo, vamos precisar compor.

1576

1577

1578 **SR<sup>a</sup>. JAQUELINE VIEIRA (Secretaria Do Estado De Goiás)** – Acho que  
1579 toda antecipação para um trabalho desse é favorável. Mas nesse caso, eu  
1580 concordo com você que é retrabalho. Eu acho que nós precisávamos aguardar.  
1581 Nós não temos tanto essa disponibilidade. Então, nós aguardamos o  
1582 posicionamento do Ibama, no meu ponto de vista.

1583

1584

1585 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Alguém mais quer se  
1586 manifestar a respeito?

1587

1588



1589 **A SR<sup>a</sup>. LETÍCIA BARROSO (ANAMMA)** – Eu concordo com a Jaqueline  
1590 também, que eu acho que é, como você, retrabalho, aguardar mais um pouco  
1591 tempo, daríamos um prazo. Só queria lembrar, dentro da ANAMMA, as  
1592 discussões da regulamentação do art. 23 do licenciamento ambiental, e não se  
1593 fala absolutamente nada de educação ambiental. Quando fala é uma linha  
1594 muito, muito genérica. E acabou de ser regulamentado, e está sendo levado  
1595 para discussões nos municípios. É uma discussão bastante ampla e intensa,  
1596 que é um espaço que eu acho que nós temos que ocupar.

1597

1598

1599 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Muito bem lembrado, Letícia.  
1600 Eu acho até que o Ministério agora, não estou bem certo, mas me parece que o  
1601 Ministério vai trabalhar na regulamentação, porque saiu a PEC, foi aprovada.  
1602 Mas agora vai ter que, por meio de decreto, se estabelecer alguma  
1603 regulamentação, como é que vai funcionar. Não estou bem informado, não sei  
1604 se alguém está acompanhando mais de perto, posso verificar isso. Caso esteja  
1605 acontecendo, o Ministério já trabalhando na regulamentação, precisaria  
1606 assegurar realmente a inserção da educação ambiental nesta regulamentação  
1607 da emenda constitucional.

1608

1609

1610 **A SR<sup>a</sup>. LETÍCIA BARROSO (ANAMMA)** – E trazer para a Câmara Técnica  
1611 para nós discutirmos e conhecermos esse texto.

1612

1613

1614 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Exato. Acho que é uma boa  
1615 ideia, boa iniciativa, podemos levar como uma recomendação da Câmara  
1616 Técnica, se todos concordarem, de envolver de alguma maneira a participação  
1617 da Câmara, mas assegurando o tema da educação ambiental na  
1618 regulamentação dessa Emenda Constitucional. Acho que é interessante a  
1619 proposição. Pode ser, Renato, nós colocamos isso também nos resultados da  
1620 reunião, acho bom, porque encaminha para o grupo que estiver dedicado no  
1621 Ministério esse trabalho. Acho que é uma boa lembrança. Quanto à questão do  
1622 Grupo de Trabalho, algum conselheiro a mais quer se manifestar? Na verdade,  
1623 não é um Grupo de Trabalho, o que o Donizete propôs é um grupo informal,  
1624 apenas para dar, uma Comissão para dar início a essa...

1625

1626

1627 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Eu vou defender essa minha  
1628 proposta, que é o seguinte, na realidade, foi muito bem conduzida pelo Daniel.  
1629 No dia da plenária, nós não vamos poder nos reunir lá para nos articularmos.  
1630 Então, essa Comissão vai ter a função seguinte: ao ser encaminhado pelo  
1631 Ibama o documento, nós começamos a trabalhar, ou caso o Ibama não elabore  
1632 o documento, nós começamos a trabalhar. Então, eu não vejo nenhum  
1633 retrabalho. O nosso ponto de partida ou será o documento do Ibama ou será a  
1634 necessidade de formulação de uma resolução, por falta de origem desse  
1635 documento do Ibama. Então, o nosso dia inicial de trabalho vai ser após a  
1636 reunião do Conama. Nós poderíamos deliberar essa Comissão só para ficar  
1637 articulada já. E o Nilo vai nos informar: “chegou o documento aqui, vamos

1638melhorá-lo ou vamos discuti-lo”, ou “não chegou o documento, temos que  
1639elaborar um documento”.

1640

1641

1642**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Ok. Quero só lembrar que o  
1643nosso Regimento... Você quer falar? Não? Acho que o Donizete fez aqui,  
1644Jaqueline e Letícia, uma proposta de acordo, se eu entendi bem. Nós  
1645prevemos essa Comissão desde já, mas vai trabalhar ali próximo da plenária,  
1646nós adotamos como prazo ali, até ali, recebendo a proposta do Ibama, nós já  
1647encaminhamos para esse grupo a proposta, para esse grupo dar uma olhada  
1648prévia. Eu quero só definir o seguinte: o Regimento do Conama prevê a figura  
1649de um relator de matéria. Então, acho que esse grupo poderia ser coordenado  
1650por um relator ou relatora. E depois nós já, na reunião, formalizamos essa  
1651indicação. Mas já podíamos ver quem daqui dos Conselheiros tem interesse de  
1652relatar no futuro essa matéria. Porque já poderia fazer parte dessa Comissão.  
1653O que você acha, Donizete, pode ser? Aqui nós temos representantes aqui do  
1654setor empresarial, que têm uma experiência. Pode ser que vocês  
1655especificamente não tenham, mas o setor tem. Temos também aqui órgãos  
1656municipais, estaduais também, sociedade civil. Eu estou já me eximindo dessa  
1657relatoria porque como estou na presidência, estou pedindo a vocês isenção  
1658nessa parte. Mas os demais, quem quiser fazer parte dessa comissão, mesmo  
1659não sendo necessariamente relator; o relator pode sair da comissão. Quem  
1660faria parte?

1661

1662

1663**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – A sugestão são 3 nomes que  
1664acho que seria de bom tamanho. Um de cada segmento. Eu me coloco à  
1665disposição, caso o Daniel não entre, porque eu já vou ter outro assunto aqui a  
1666que vou me candidatar para relator. Então, eu gostaria, Daniel, que você  
1667entrasse nessa Comissão, representando aí a sociedade civil, e ficaria uma  
1668vaga para Governo e outra vaga para setor empresarial.

1669

1670

1671**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Acho que ele sonhou com  
1672você essa noite, Daniel. Porque ele chegou aqui te indicando para presidente,  
1673agora membro da Comissão.

1674

1675

1676**O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Isso daí é porque eu não vim  
1677no seminário dele. Ele falou que agora é tudo nas minhas costas. (*Risos!*).  
1678Mas, sem problemas, eu participaria.

1679

1680

1681**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Então, o Daniel. Quem mais  
1682se dispõe?

1683

1684

1685**A SR<sup>a</sup>. CRISTIANE SOARES (CNC)** – A CNC pode participar, mas não como  
1686relator.

1687

1688

1689**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Ótimo. Cristiane também na  
1690Comissão pelo Setor Empresarial. E está faltando alguém do setor público,  
1691estadual, municipal ou federal. Do Ministério do Planejamento. Ah! Está aqui,  
1692perdão.

1693

1694

1695**A SR<sup>a</sup>. ELIANE BEARZI (MI)** – Sou do Ministério da Integração Nacional.

1696

1697

1698**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Como é o seu nome?

1699

1700

1701**A SR<sup>a</sup>. ELIANE BEARZI (MI)** – Eliane Bearzi.

1702

1703

1704**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Eliane Beazi, representando o  
1705Ministério do Planejamento. Desculpe, Eliane, nós não te apresentamos.

1706

1707

1708**A SR<sup>a</sup>. ELIANE BEARZI (MI)** – Eliane Bearzi, primeira suplente. Sou do  
1709Ministério da Integração Nacional.

1710

1711

1712**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Seja muito bem-vinda. Essa  
1713Comissão é informal, mas é importante. Já temos dois membros. Pergunto do  
1714setor público se Eliana, Jaqueline, Letícia...

1715

1716

1717**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** – Nós já temos dois nomes e  
1718já tem um ponto focal. Até a reunião do Conama, aparece o terceiro. Se não  
1719aparecer, nós continuamos com os dois.

1720

1721

1722**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Está bom, está ótimo. Aceita a  
1723sugestão. Por enquanto, Daniel Bioeste e Cristiane da CNC. Nós, recebendo  
1724essa proposta do Ibama, caminhamos já para vocês, mesmo que seja como  
1725Instrução Normativa, mas vamos pedir que o Ibama encaminhe formalmente ao  
1726Conama como proposta de resolução. E aí, nesse caso, chegando como  
1727proposta de resolução, vai para todos os membros da Câmara Técnica, todos  
1728vão receber esse texto com a maior antecedência possível. Ok, Renato? Nós  
1729caminhamos como proposta de resolução, encaminhamos já para os  
1730Conselheiros irem tomando conhecimento, discutindo com seus pares.

1731

1732

1733**O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Só para saber: vai sair daqui  
1734hoje já um documento para o Ibama, pedindo agilização, não é? Uma carta, o  
1735que seja.

1736

1737

1738 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Eu estou pensando no próprio  
1739 resultado da reunião com destaque para essa recomendação ao Ibama.  
1740 Porque o resultado é um documento que o Conama já adota, de decisões da  
1741 Câmara Técnica, e o resultado vai junto com o memorando da Secretaria  
1742 nossa de Articulação Institucional, que encaminha os processos do seminário,  
1743 para ficar bem claro para o Ibama que o ensejo, a motivação dessa Câmara  
1744 Técnica, é o seminário que foi realizado pelo Conama em 2009, está bom? Ok.  
1745 Passamos ao próximo item da pauta, então? Acho que nesse caso, Daniel,  
1746 pela tua apresentação, eu entendi que o encaminhamento que nós temos hoje  
1747 em relação ao seminário essencialmente é esse mesmo do licenciamento.  
1748 Você mencionou também educação ambiental no plano de mudanças  
1749 climáticas. Eu quero te recomendar e aos Conselheiros também, vou dar uma  
1750 olhada também, nós temos que dar uma olhada no Plano Nacional de  
1751 Mudanças Climáticas, para ver se está contemplada essa inserção. Se não  
1752 estiver contemplada, talvez pode motivar aqui uma iniciativa da Câmara  
1753 também.

1754

1755

1756 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Na verdade, Nilo, na época,  
1757 em 2009, não estava, não era contemplada a educação ambiental no Plano  
1758 Nacional de Mudanças Climáticas, não se falava em educação ambiental. E foi  
1759 essa a deliberação do seminário para que se fosse incluída. Então, aí eu não  
1760 sei. Essa foi a informação que eu consegui relatar, que eles deliberaram para  
1761 que fosse incluído. A minha pergunta seria: alguém sabe, você sabia se tinha  
1762 sido incluído ou não tinha sido?

1763

1764

1765 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Não, essa informação eu não  
1766 tenho, não tenho essa informação você também não Renata? Nós teríamos  
1767 que dar um exame no plano, acho que seria até bom se também a bi oeste  
1768 pudesse dar uma olhada nós vermos também não é Renata eu vou ver  
1769 também, e acho que isso pode motivar eventualmente algum tipo de ato aqui  
1770 da Câmara Técnica para o plenário do Conama, acho interessante. Até o  
1771 momento que nós estamos vivendo gente, nós temos que lembrar, estamos no  
1772 contexto aqui da Rio+20, da Conferência das Nações Unidas, e o item  
1773 educação está inscrito no documento 0 no rascunho 0 para a conferência,  
1774 inclusive tive a oportunidade de ler e ver que tem lá menção a educação, acho  
1775 uma menção muito fraca precisa ser melhorada, até nós pode encaminhar, eu  
1776 posso encaminhar aos que ainda não têm acesso a esse texto, esse  
1777 documento, esse draft 0 que eles falam, rascunho 0, podemos encaminhar  
1778 posso caminhar aos membros da Câmara Técnica aqui com a colaboração do  
1779 departamento aqui do Conama, pode ser Renata? Acho importante porque lá  
1780 tem uma menção a educação, acho que valeria a pena, se nós tiver até uma  
1781 reunião da Câmara Técnica antes ainda com certeza acho que devemos ter  
1782 antes da conferência que é no final de junho, eventualmente a Câmara poderia  
1783 também encaminhar alguma sugestão ao Governo Brasileiro em relação ao  
1784 tema. Toledo suplente aqui da Contag está aqui presente seja bem vindo, vou  
1785 pedir que você fale ao microfone pode ser?

1786

1787

1788 **SR. LIGIERO TOLEDO (CONTAG)** - Acho que tem uma coisa estava  
1789 observando, talvez seja importante relembrar dentro desse marco das  
1790 climáticas que estão sendo construídos planos setoriais e parece que o que  
1791 está pronto ainda é o plano da agricultura que está acabado, e lá eu posso  
1792 dizer isso porque eu participei da elaboração, fala muito pouco sobre educação  
1793 ambiental, talvez uma coisa que a Câmara tenha que fazer é recomendar  
1794 justamente com isso para que os planos setoriais que vão se construindo que  
1795 está faltando ainda um monte deles, que reforço em essa questão de você ter  
1796 um espaço importante para educação ambiental.

1797

1798

1799 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Ótimo acho que é uma boa  
1800 lembrança só pergunto Toledo se podemos contar aí com alguma contribuição  
1801 também da Contag nesse sentido pelo menos no setorial de agricultura pode  
1802 ser? Porque aí na próxima reunião nós receberíamos essa colaboração  
1803 também da Contag encaminha aos membros da Câmara Técnica, acho que é  
1804 uma boa ideia, agora, antecipadamente, Daniel, seria, acho que é bom que nós  
1805 fiquemos em contato aqui como nosso triunvirato aqui da Câmara Técnica com  
1806 a Letícia também, porque se nós pudermos eventualmente pensar em alguma  
1807 contribuição mais dentro dos atos do próprio Conama, recomendação,  
1808 Resolução, acho que valeria a pena nós antes da próxima reunião avançarmos  
1809 um pouco nisso também.

1810

1811

1812 **SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Eu queria fazer uma  
1813 recomendação ao apoio aqui, diante da presença significativa aqui de  
1814 convidados aqui na reunião, que todos esses documentos que fossem  
1815 encaminhados aos membros da Câmara Técnica que também fosse  
1816 encaminhado a quem está aqui como convidado, para que nós possamos a  
1817 partir de agora fortalecer mais esses laços com essas pessoas que estão vindo  
1818 aqui, e ao mesmo tempo em que eles acompanhem também os assuntos que  
1819 foram deliberados, encaminhados, discutidos e até como forma de subsidiar a  
1820 Câmara aqui em futuras discussões.

1821

1822

1823 **SR<sup>a</sup>. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA)** – Só fazendo uma  
1824 observação, fica um pouco complicado nós incluirmos os convidados junto com  
1825 os Conselheiros, porque quando nós soltamos os documentos e a convocação  
1826 ele vai na mala-direta, diretamente para os Conselheiros, para os membros das  
1827 Câmaras Técnicas. Eu sugiro que no lugar de nós enviarmos que nós  
1828 decidamos quais os documentos devam ser disponibilizados no site, aí todo  
1829 mundo tem acesso, não só as pessoas que estão aqui presentes. Quem tiver  
1830 interesse pode entrar no site e ter acesso direto. Poderia ser?

1831

1832

1833 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - É uma idéia também, acho que  
1834 pode ser, mas é uma idéia que reforçaria isso que o Donizete está propondo  
1835 seria o seguinte, pedir a todos não só os convidados, mas Conselheiros  
1836 também que primeiro isso a lista de presença, mas que também façam a sua  
1837 inscrição no e-Conama, porque se vocês fazem a inscrição no e-Conama o site

1838do Conama tem um local que você se inscreve coloca uma senha, você passa  
1839a receber todos os documentos não é isso?

1840

1841

1842**A SR<sup>a</sup>. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA)** – Você passa a receber as  
1843convocações, os convites na verdade as convocações só para os membros da  
1844Câmara Técnica, mas não os documentos.

1845

1846

1847**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Por exemplo, nós vamos  
1848encaminhar essa minuta versão 0 da próxima Resolução, seja ela qual for. Só  
1849vai para os membros o pessoal que está de apoio chega aqui o que vão discutir  
1850hoje? Acho que esse grupo que está aqui nos acompanhando são pessoas  
1851qualificadas que podem dar sugestões, contribuições aí diante do nosso  
1852trabalho.

1853

1854

1855**A SR<sup>a</sup>. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA)** – Então Donizete o que  
1856você acha de nós decidirmos os documentos que acham importantes e  
1857pertinentes nós decidimos por publicar eles no site, aí todo mundo tem acesso.  
1858Essa versão esse rascunho.

1859

1860

1861**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Estou fazendo a defesa aqui  
1862por terceiro gostaria de ouvir se tem interesse em receber isso ou não?

1863

1864

1865**A SR<sup>a</sup>. DIANA TELLES DIAS VIEIRA (VALE)** - Meu nome é Diana sou da  
1866Vale, é a primeira vez que estou vindo a reunião. Eu acho a sugestão do  
1867Donizete muito importante para realmente envolver os convidados a  
1868participarem mais, a entender o que está acontecendo, mas o que aconteceu  
1869comigo foi que eu entrei no site e vi ali os documentos referentes à reunião de  
1870hoje. Então se não tiver como enviar por e-mail, acho que colocando no site  
1871também é uma boa solução e nós já sabemos que vai ser antes da reunião  
1872olha no site baixa ali os documentos referentes, acho que contanto que tenha  
1873disponível os documentos, acho que é uma boa solução.

1874

1875

1876**A SR<sup>a</sup>. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA)** – Porque inclusive  
1877Donizete nós não enviamos os documentos para os membros da Câmara  
1878Técnica para eles terem conhecimento, nós justamente nós informamos quais  
1879os documentos estão disponibilizados no site para os membros terem acesso.

1880

1881

1882**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Complementar a isso,  
1883seguinte, por exemplo, o Nilo aqui pediu para encaminhar o documento versão  
1884zero aí da Rio+20. Como você vai fazer? Que eu estava entendendo que você  
1885ia pegar e mandar para todo mundo aqui da Câmara Técnica não era isso que  
1886a fazer?

1887

1888

1889**A SR<sup>a</sup>. RENATA PATRÍCIO VIGNOLI (DCONAMA)** – O que eu iria fazer é no  
1890resultado vai está escrito que o Nilo vai sugerir o encaminhamento desse  
1891documento. Onde está escrito desse documento vai estar o link para você  
1892entrar direto no documento. Então ele vai estar disponibilizado para toda  
1893pessoa que...

1894

1895

1896**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Eu estou propondo isso de  
1897distribuir esse documento Donizete é porque nós estamos sem rede ali, porque  
1898se tivesse já ia pedir logo que o Danilo mostrasse o link aí todos já anotariam,  
1899mas como nós estamos sem acesso à rede, então por isso que eu falei de  
1900distribuir, mas isso que você está dizendo atende. Até porque hoje nós  
1901estamos recebendo esses visitantes que estão aqui, mas em outra reunião  
1902você vão ver que virão outros também entendeu que não vieram hoje, tem  
1903uma participação sempre que varia. O importante é que o Conama disponha  
1904todo interessado a acessar os documentos que vão ser discutidos na reunião,  
1905isso eu acho que tem sido feito. Está bom? Passamos então em relação até  
1906aqui ao tema que nós vínhamos tratando, acho que está tudo já anotado ali  
1907para o resultado da reunião, passamos ao último item que é um informe, alias  
1908penúltimo que é um informe que o Donizete solicitou, na verdade uma  
1909proposição, uma nova proposição.

1910

1911

1912**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Eu acho que a nossa reunião  
1913já ela até deu um certo alicerce aqui às questões que eu gostaria de apresentar  
1914a todos aqui da Câmara Técnica. Uma delas é a questão do licenciamento. E  
1915as propriedades rurais cada vez mais elas estão sendo exigido licenciamento  
1916ambiental para o usado adequado dos recursos naturais, para que se promova  
1917um conhecimento maior da potencialidade da propriedade e ao mesmo tempo  
1918que seja feito um trabalho de conservação e preservação desses recursos  
1919naturais. Outro assunto que foi colocado aqui também é a questão de plano de  
1920manejo, a inserção da questão da educação ambiental nos planos de manejo,  
1921como que nós fazemos essa ligação. O plano de manejo no caso Unidade de  
1922Conservação. Então, eu gostaria de sugerir aqui para o debate e me coloco à  
1923disposição já se o grupo achar conveniente para ser relator de uma proposta  
1924de Resolução com origem aqui na Câmara Técnica, e que ela poderá muito  
1925bem ser uma proposta da Câmara Técnica, não somente da Ecodata, diante da  
1926situação que nós estamos vivendo no mundo hoje. Estamos falando em  
1927economia verde, nós estamos falando na necessidade da mudança desse  
1928comportamento do uso da terra, nós estamos falando da necessidade de usar  
1929as tecnologias disponibilizadas já pelos órgãos de pesquisa para melhorar a  
1930qualidade de vida do produtor rural da sociedade como um todo, quando o  
1931produtor rural produz melhor com qualidade a sociedade está tendo um ganho  
1932no aspecto de saúde, econômico e etc. E a necessidade de geração de novas  
1933tecnologias diante do nosso conhecimento da biodiversidade. Hoje nós  
1934dependemos nossa economia depende de muito pouca quantidade de culturas,  
1935ou seja, nós temos uma economia vinculada principalmente no negócio  
1936agropecuário, vinculado a meia dúzia de culturas. Se nós pegarmos soja,  
1937milho, algodão e mais algumas culturas depende da região. Nós estamos

1938dizendo aí de 80%, 90% da economia de determinados municípios incluindo o  
1939gado. A necessidade e hoje de acabar com a pobreza extrema, que é tão triste  
1940ainda para nós vermos nos nosso país uma situação degradante de pessoas  
1941que estão na área rural e que por falta de informação e de orientação padecem  
1942de fome, e não sabendo manejar o mínimo dos recursos da natureza.  
1943Indivíduos que estão ali no meio de uma riqueza, mas eles não sabem como  
1944explorar, como armazenar, como se alimentar daqueles recursos. Então acho  
1945que nós estamos num momento que a segurança alimentar é extremamente  
1946importante para a sociedade, e a nossa riqueza da biodiversidade permite  
1947muito bem nós termos uma segurança alimentar muito maior. E ainda tratando  
1948de que a sociedade é que financia grande parte, para não dizer quase que a  
1949totalidade da assistência técnica que nós chamamos de assistência técnica e  
1950extensão rural nas propriedades rurais. Então a assistência técnica ela tem  
1951agrônomos, engenheiros florestais, outros profissionais ligados à área além de  
1952sociólogos, biólogos e etc. Então nós temos necessariamente um grupo  
1953multidisciplinar que deveria estar associado a levar novas informações e novos  
1954mecanismos de produção ao agricultor. E ainda considerando que o problema  
1955da água é um problema que está cada dia sendo, está se tornando mais grave.  
1956Há poucos dias eu estive visitando aqui para dar exemplo algumas cidades  
1957bem próximas aqui de Brasília, Corumbá, Abadiânia, Alexânia e nós já  
1958verificamos Corumbá está tendo um problema seriíssimo ambiental no ponto  
1959de captação de água por falta de um manejo adequado das propriedades rurais  
1960que estão ali naquela bacia que converge toda a captação de água do  
1961município, cada vez mais tendo que se usar um volume maior de recurso para  
1962melhorar a qualidade de água, e nós sabemos muito bem que essa qualidade  
1963de água nem sempre ela é melhorada com esses tratamentos que são feitos e  
1964muitos produtos não passam por esse processo de tratamento. Então a  
1965sociedade perde com isso. Diante desse quadro eu vejo a necessidade de que  
1966nós elaboremos aqui uma Resolução que oriente a assistência técnica nas  
1967propriedades rurais. Hoje na grande maioria das vezes quando o técnico chega  
1968para dar assistência técnica na propriedade, se a propriedade tem 20% da área  
1969ocupada com produção agropecuária ele dedica 100% dos recursos destinados  
1970a assistência técnica nesses 20% da propriedade, ou seja, ele pode até dar  
1971eficiência à produção, à profundidade, porém não dá ao produtor rural  
1972nenhuma informação sobre a necessidade da conservação daquele recurso  
1973natural que por acaso pode estar ali ainda preservado, e nem da potencialidade  
1974que aquele recurso natural ou área até de reserva legal ou as áreas que não  
1975foram desmatadas ainda ou ocupadas possam agregar em termos de valor  
1976econômico ao proprietário, valor também assegurando a condição de  
1977alimentação para que ele possa recolher dessas áreas um produto de  
1978qualidade, porque uma vez que nessas áreas naturais ele não usa herbicida,  
1979fungicida, agrotóxicos, agroquímicos, então, ele vai ter um produto de  
1980qualidade sendo produzido nessas áreas e às vezes o indivíduo tem e não  
1981sabe usar, não sabe colher, não sabe como absorver isso para a melhoria da  
1982qualidade de vida da sua família para melhoria da condição econômica também  
1983para produzir produtos que possam ser colocados ao mercado, que a  
1984sociedade possa incorporar na sua atividade de alimentação. Então concluindo,  
1985eu coloquei na pauta, então diante dessas questões eu gostaria de sugerir que  
1986essa Câmara Técnica fizesse a seguinte proposta de Resolução do Conama,  
1987que os valores dedicados a assistência técnica e extensão rural eles sejam



1988proporcionais em termos de valores, tempo e tecnologia ao ambiente da  
1989propriedade rural, ou seja, não podemos destinar 100% da assistência técnica  
1990de recurso financeiro financiados pelo Governo, ma tem casos que é iniciativa  
1991privada, quando a iniciativa privada atua no financiamento de produtores rurais,  
1992principalmente pequenos produtores agricultores familiares, ele está sendo  
1993recompensado por um outro instrumento desse Governo, por exemplo, a  
1994questão do selo de combustível social que existe uma política hoje dentro do  
1995Ministério de Desenvolvimento Agrário. Então praticamente toda a fonte a  
1996origem do recurso é recurso público. Então que os valores destinados à  
1997assistência técnica eles contemplem, além da proporcionalidade da área,  
1998contemplem também a quantidade de reserva legal mínima, que tem que ser  
1999observada, que contemplem a área de contribuição para abastecimento público  
2000das comunidades e contemple a proximidade Unidade de Conservação foi  
2001outro assunto que nós colocamos, e outros instrumentos e impactos ambientais  
2002já existentes, por exemplo, quando chegamos numa propriedade para dar  
2003assistência técnica, se der uma vossoroca lá que está causando um dano  
2004ambiental enorme, o técnico na maioria das vezes eu posso falar isso, porque  
2005eu tenho experiência nisso, sou agrônomo e conheço muito bem os  
2006profissionais que trabalham nessa área, na maioria das vezes eles vão ver a  
2007parte produtiva da fazenda e não consideram esses impactos ambientais como  
2008necessários na incorporação de medidas mitigadoras para reduzir esse  
2009processo que está ali causando um dano, que de repente não é diretamente  
2010naquela propriedade, mas está causando um dano ambiental muito grande.  
2011Então são elementos que têm que ser considerados para o financiamento  
2012público da assistência técnica, é a educação ambiental do ponto de vista não  
2013só olhando os cuidados que nós estamos tendo aqui com a Câmara Técnica do  
2014ponto de vista da educação ambiental, mas esse outro item que agrega a  
2015nossa Câmara Técnica, que é o desenvolvimento sustentável, a Câmara  
2016Técnica agora ela tem essa atribuição, que é a educação ambiental e  
2017desenvolvimento sustentável. Sendo assim se os colegas acharem pertinente  
2018nós trabalharmos nesse assunto, eu me coloco a disposição e gostaria de  
2019receber contribuições para que nós pudéssemos elaborar uma Resolução  
2020nesse sentido.

2021

2022

2023**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Donizete a palavra está aberta  
2024para observação dos Conselheiros a respeito da proposta apresentada,  
2025esclarecendo que é ainda uma apresentação preliminar de proposta,  
2026naturalmente eu posso depois ler aqui no Regimento o procedimento como tem  
2027que ser, Donizete, mas antes se algum Conselheiro quiser se manifestar sobre  
2028a proposta apresentada. Bom, se não há manifestação há sim Letícia.

2029

2030

2031**A SRª. LETÍCIA BARROSO (ANAMMA)** - Eu só queria registrar aqui que  
2032nessa reunião nós falamos aqui nesse primeiro encontro de que a educação  
2033ambiental de mudanças climáticas, educação ambiental licenciamento  
2034ambiental, educação ambiental e rio + 20, quer dizer de qualquer forma nós  
2035estamos apontando aí para que nós consigamos a esse grupo inserir e  
2036acrescentar e fomentar cada vez mais essa discussão nesses planos e nessas  
2037ações. Agora eu concordo com essa proposta, eu acho que realmente esse

2038olhar de impacto ambiental e dano ambiental de quem está na área, de uma  
2039outra visão de investimento de implementação, eu acho que tem que ser  
2040pensada também. Eu acho que eu concordo com o Donizete, eu acho que é  
2041importante isso.

2042

2043

2044**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Mais alguma manifestação?  
2045Eu vou fazer aqui uma rápida leitura, porque eu achei que não precisasse mais  
2046estudar o Regimento, mas agora eu vou ter que estudar de novo, é um novo  
2047Regimento até participei muito da discussão dele, mas nós eu não lembro  
2048assim de tudo. Mas em relação à apresentação de matéria, eu acho que é  
2049interessante agora dar uma lembrada aqui aos Conselheiros por conta dessa  
2050proposição que a Ecodata deverá trazer. Então é o seguinte, todos os  
2051Conselheiros isso é o artigo 11 do Regimento, todos os Conselheiros podem  
2052submeter matéria a análise e deliberação do Conama mediante justificativa  
2053devidamente fundamentada. Art. 12, as propostas de Resolução deverão ser  
2054apresentadas à Secretaria Executiva do Conama por meio de minuta e  
2055justificativa com conteúdo técnico mínimo necessário à sua apreciação.  
2056Portanto Donizete, você não precisa esperar a próxima reunião da Câmara  
2057Técnica, você pode já dar encaminhamento a essa proposta assim que  
2058possível, se você quer a colaboração dos Conselheiros eventualmente.

2059

2060

2061**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Por isso que eu fiz o discurso  
2062todo aqui para que nós nos somemos, não seja uma proposta da nossa  
2063instituição, mas que seja uma proposta do coletivo aqui da Câmara ou de  
2064alguns membros da Câmara.

2065

2066

2067**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Só para concluir aqui, depois o  
2068§ 1º desse artigo que recomenda o envio a Secretaria Executiva do Conama  
2069diz o seguinte. Que a justificativa da proposta de Resolução deverá conter no  
2070mínimo as seguintes informações, é importante depois você verificar,  
2071relevância da matéria ante as questões ambientais do país que você explanou  
2072aí claramente não tenho o que discutir. 2 degradação ambiental observada  
2073quando for o caso, se possível com indicações quantitativas, aí você avalia se  
2074esse tipo de Resolução precisa disso, aspectos ambientais a serem  
2075preservados quando for o caso se possível com indicações quantitativas, o  
2076inciso 4º escopo de conteúdo normativo esse até quero te lembrar uma coisa,  
2077impactos e consequências esperados que é o inciso 5º em partes e  
2078consequências esperados em setores a serem afetados pela aprovação da  
2079matéria, também você já colocou aí o benefício é inegável. Agora eu quero  
2080propor a vocês que nós façamos um esforço nessa Câmara Técnica de  
2081trabalhar prioritariamente com resoluções, sem, no entanto deixar de lado  
2082como recomendação como a que nós aprovamos hoje, eventualmente  
2083proposição que também é um tipo de decisão do Conama, mas vamos tentar  
2084priorizar Resolução. Ainda que quando nós vamos trabalhar Resolução estreita  
2085muito a nossa discricionariedade, porque nós aí temos que avaliar bem quais  
2086são as competências do Conama no Decreto 99274 e nas atualizações que ele  
2087sofreu de lá para cá, que o Decreto é de 1990 de lá para cá temos ainda outras

2088decisões, mas é importante ver bem lá as competências, porque como  
2089Resolução obedecendo as competências do Conama nós estamos legalmente  
2090calçado para poder trabalhar Resolução. Algumas vezes já aconteceu não só  
2091nessa Câmara Técnica de se apresentar proposta de Resolução que quando  
2092chega à jurídica, a jurídica é que avalia isso aqui não é possível, por quê?  
2093Parque está tirando uma Resolução que afeta outros sistemas. No casado, por  
2094exemplo, assistência técnica está afeta a um outro sistema de política pública,  
2095que não é o SISNAMA. Então Temos que ver com cuidado porque às vezes  
2096essa proposição ela talvez seja melhor como recomendação, aí é uma  
2097avaliação que vocês podem fazer. Eu só estou alertando que se faça já de  
2098antemão para não ter uma decepção quando chega à jurídica ou no plenário  
2099que às vezes uma Resolução passa a ser recomendação ou o contrário, ou até  
2100de recomendação passe a Resolução, mas estreitando muito o alcance, então  
2101esse aís se estudados previamente facilita muito, porque o novo Regimento ele  
2102trouxe algumas condições assim que fazem com que a minuta tenha que ser  
2103mais fundamentada. Estou lembrando isso aproveitando o ensejo, mas eu ia  
2104falar isso de qualquer forma, porque essa Câmara muita vezes ela aprova  
2105muita recomendação por conta da abrangência do tema educação ambiental,  
2106mas além das recomendações é importante nós estudarmos assim aonde que  
2107abaixo da lei o Conama pode trabalhar com Resolução também o tema da  
2108educação ambiental e o do Desenvolvimento Sustentável, por isso que eu falei  
2109aqui do draft 0 da Rio+20, porque nós agora também somos responsáveis pelo  
2110tema de Desenvolvimento Sustentável que é o tema principal da Rio+20. Então  
2111até a sugestão que eu quero fazer a vocês modificando um pouco é o seguinte,  
2112eu vou mandar o documento vocês têm até acesso pelo site do Ministério já,  
2113mesmo assim eu vou mandar o texto para vocês e a minha sugestão é que nós  
2114nem esperemos a próxima reunião. Na verdade o Ministério do Meio Ambiente  
2115está organizando com o Itamaraty um processo de consulta pública a esse  
2116rascunho 0. Eu vou então recomendar, vou sugerir ao assessor da Rio+20 que  
2117é o Fernando Lírio que essa consulta passe pelos colegiados e pelo Conama  
2118também. Então eu acho que a Câmara Técnica se vocês estiverem de acordo,  
2119ela pode no resultado Renata recomendar que o rascunho 0 da Rio+20 seja no  
2120processo de consulta pública seja envolvido o Conama como um todo, não só  
2121aqui a Câmara Técnica de educação ambiental, e para que o Conama também  
2122apresente subsídios a esse documento esse rascunho 0, acho que seria uma  
2123iniciativa bem exemplar assim do Governo brasileiro em relação aos outros  
2124Governos que também estão constituindo esse rascunho. Consultar os  
2125colegiados no caso o nosso que é o Conama, é uma sugestão.

2126

2127

2128**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Da possibilidade dessa  
2129discussão ser mais a ser feita com a sociedade como um todo, porque senão  
2130alguns segmentos são privilegiados nessa discussão e nem todo mundo está  
2131representado.

2132

2133

2134**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Mas isso eu posso te  
2135assegurar a Secretaria Geral da Presidência, estou fazendo parte de um grupo  
2136com a Secretaria Geral, a SECON, e a Secretaria Executiva da Comissão  
2137Nacional da Rio+20 que está tendo uma atenção muito especial ao

2138 componente da participação social em todo o processo da Rio+20, por isso que  
2139 esse rascunho 0 no Brasil que ele vai ser matéria de consulta pública, que é  
2140 um diferencial importante aqui da nossa discussão desse documento. Então se  
2141 vocês acham que pode ser assim dessa forma nós consignamos isso no  
2142 resultado e aí encaminhamos isso para a assessoria da Rio+20, em relação à  
2143 proposição era só essa observação do Regimento Donizete, e o Daniel acho  
2144 que queria fazer uso da palavra.

2145

2146

2147 **SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Eu queria saber aquela  
2148 colocação do Donizete queria saber então como seria a Ecodata pretende ouvir  
2149 todos nós se já não está com a explanação dele, já não preencheu todos os  
2150 requisitos para a formação de um GT, e já seria um GT formado para começar  
2151 a discutir com base já nessa pré minuta deles.

2152

2153

2154 **SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Não é GT não, vamos tentar  
2155 trabalhar com a própria Câmara Técnica isso que foi colocado aqui no começo.  
2156 Se nós formos formar um GT entre nós aqui vai acabar sendo nós mesmos  
2157 entendeu? Só que aí não vale como reunião da Câmara Técnica aí diminui o  
2158 empoderamento do trabalho.

2159

2160

2161 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - O que eu estou sugerindo  
2162 Daniel até agiliza mais até, porque se é com base nessa apresentação que o  
2163 Donizete fez, a Ecodata apresenta aqui nos próximos dias assim que possível  
2164 uma minuta à Secretaria do Conama, ela já começa a tramitar imediatamente,  
2165 se você quiser, antes de apresentar a minuta mandar para os Conselheiros  
2166 para fazer uma consulta prévia eles fazerem algumas sugestões podem  
2167 enriquecer essa minuta, agora de qualquer forma não precisa esperar a  
2168 próxima reunião, acho até bom que não, que já se apresente essa proposta de  
2169 imediato. Ok?

2170

2171

2172 **SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Se alguém quiser colaborar.

2173

2174

2175 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Eu acho que com a minuta em  
2176 papel fica mais fácil meio digital você manda por e-mail de todos nós e nós já  
2177 pitaqueia aí conforme...

2178

2179

2180 **SR<sup>a</sup>. LETÍCIA BARROSO (ANAMMA)** - Estou dizendo assim que é um outro  
2181 patamar que se começa fala educação ambiental mudança de hábitos só.  
2182 Educação ambiental, impacto ambiental, mitigação e pobreza. Então nós já  
2183 começamos a ampliar os nossos discursos que se fala só em mudança de  
2184 hábito. Acho extremamente interessante esse discurso aqui na mesa também.

2185

2186

2187 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Só complementando, como  
2188 eu disse que de repente às vezes nós estamos numa situação que ficamos um  
2189 Governo, orientação ambígua, porque de um lado nós estamos financiando a  
2190 ocupação cada vez maior das propriedades o desmatamento, e de outro lado  
2191 nós temos uma pesquisa que tem uma série de potencialidades já para serem  
2192 trabalhadas e nós não aproveitamos por falta de informação. E aí cai num  
2193 assunto que você me chamou atenção de fora que é a questão da formação  
2194 desses profissionais, tanto os técnicos e agrônomos, engenheiros florestais  
2195 que cada vez mais estão se especializando em uma determinada cultura, e o  
2196 produtor rural ele tem que ter a visão da propriedade como um todo e não  
2197 somente uma ou outra cultura. Então acho que essa nossa proposição aqui ela  
2198 vai despertar interesse de vários segmentos na hora que for colocado à mesa,  
2199 porque vai de fato interferir em vários segmentos, desde assistência técnica,  
2200 mas desde a formação desses profissionais, porque hoje nós estamos aquém,  
2201 entreguei aqui alguns colegas, vou dar um exemplo aqui. Nós fizemos um  
2202 programa de capacitação de agro extrativismo. Quando nós fizemos a seleção  
2203 das pessoas para trabalhar como instrutores nós tivemos uma dificuldade muito  
2204 grande, mesmo técnicos que já trabalhavam na área de assistência técnica  
2205 infelizmente um dado que eu tenho que dizer, nós pegamos uma empresa lá do  
2206 Estado de Goiás que trabalhava com isso e de 20 profissionais infelizmente  
2207 nenhum foi escolhido para trabalhar na capacitação de agro extrativismo,  
2208 porque a formação era direcionada a exploração da propriedade não  
2209 considerar os recursos naturais, a biodiversidade, a cultura regional e assim  
2210 por diante. Então nós temos essas dificuldades à sociedade está merecendo  
2211 uma discussão mais profunda sobre isso.

2212

2213

2214 **O SR. LIGIERO TOLEDO (CONTAG)** - Acho que esse tema que o Donizete  
2215 está dizendo é extremamente pertinente, até mesmo porque no Brasil hoje em  
2216 torno de 15% dos agricultores tem assistência técnica isso é um fato. Na  
2217 verdade o que tem acontecido bastante tem havido um avanço expressivo no  
2218 tocante da colocação dos recursos para assistência técnica, em torno de 400  
2219 milhões para poder fazer isso basicamente é recurso público. O que eu queria  
2220 referir é o seguinte, na verdade o que o Donizete está fazendo como discussão  
2221 tem haver com conjunto de políticas que tem sido sanado especialmente para  
2222 agricultura como um todo. Bom que se diga que o recorte especialmente do  
2223 crédito rural ele é completamente produtivista, ela não encara nenhum  
2224 momento outros aspectos da produção. Todas as tentativas que nós inclusive  
2225 tentamos ajudar o próprio Governo a fazer um desenho de uma política mais  
2226 ampla que pense em desenvolvimento rural não apenas tocado na produção,  
2227 mas que oferecesse possibilidade aos agricultores que tivesse um conjunto de  
2228 renda onde a agricultura seguia a um dos elementos que contribuíssem para  
2229 renda, infelizmente nós temos uma dificuldade muito grande em fazer com isso  
2230 ande. Agora a proposta que você a traz nos remete a um tipo de reflexão de  
2231 como futuramente num espaço não tão longo de tempo nós tenhamos que  
2232 pensar nas políticas que estão aí postas, por exemplo, políticas de créditos  
2233 como é que o crédito rural trabalha a questão ambiental, não trabalha, como é  
2234 que ela trabalha a questão da dimensão da educação para você aproveitar  
2235 melhor as potencialidades que a propriedade tem? Não trabalha. Então porque  
2236 o foco dela é mercado, inclusive ela conseguiu fazer uma coisa tão importante

2237que conseguiu mudar a mentalidade dos agricultores, os agricultores não estão  
2238interessados mais em plantar comida, estão interessados em plantar dinheiro,  
2239e esse é uma coisa que está muito arraigado. A outra questão que tem que  
2240levar em consideração é que por conta da exigência da questão ambiental que  
2241tem sido um tema cada vez mais recorrente, está caindo em cima dos  
2242agricultores uma responsabilidade enorme como que eles se fossem os  
2243principais responsáveis por tudo o que está aí. Isso é um cuidado que precisa  
2244se ter porque remete a nós refletirmos qual realmente é o papel dos  
2245agricultores e o papel da agricultura para o país, hoje tem dois só, inclusive  
2246comida barata e matéria prima. Não se pensou em nenhum outro momento até  
2247agora já estou isso há algum tempo, já estou de cabelo branco de tanto falar  
2248sobre isso, como nós vamos remunerar o trabalho dos agricultores, porque  
2249hoje você citou, por exemplo, a balança de exportação brasileira em torno de 8  
2250produtos no máximo 10, mas se pegarmos no caso da agricultura familiar a  
2251maior renda da agricultura hoje se pegarmos 10 produtos 8 deles tem prejuízo.  
2252A maior renda da agricultura hoje no Sul do Brasil é fumo R\$360,00 por mês. A  
2253pergunta quem de nós trabalharíamos por R\$360,00 por mês. Então junto com  
2254isso Donizete é preciso pensar em estratégia de como efetivamente através  
2255desse mecanismo o qual a assistência técnica é extremamente importante, o  
2256padrão tecnológico é extremamente importante como que nós podemos ajudar  
2257a essa que acabamos de fazer isso, e pensar em mecanismos de renda para  
2258os agricultores. Ou seja, que a renda ela é um fator importante, obviamente  
2259que ela sozinha não dá conta disso tudo, mas sem renda não há possibilidade,  
2260porque esses caras que estão lá precisam botar o filho na escola, precisam  
2261comprar roupa, precisam de saúde e, diga-se de passagem, que a presença do  
2262Estado no meio rural ela é caótica, ela praticamente não existe. Estou  
2263colocando essas questões porque junto com essa discussão que precisa de  
2264assistência técnica, precisa de um novo padrão tecnológico, precisa pensar em  
2265uma coisa elementar se a sociedade brasileira não se tem por conta que  
2266precisa de agricultor e que precisa para pagar o trabalho deles nós vamos, até  
2267mesmo porque eu tive no Sul agora há pouco tempo na minha comunidade  
2268onde tinha 90 famílias hoje tem 8. Estão indo embora.

2269

2270

2271**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - E essa questão desculpa só  
2272complementando rapidamente, é um fato que está sendo colocado, o agricultor  
2273contra a questão ambiental. Ou seja, a orientação é dada que as questões  
2274ambientais são impeditivos do desenvolvimento daquela propriedade, daquela  
2275família, basta ver a maneira que foi feita a discussão do Código Florestal,  
2276jogando a questão ambiental é o impeditivo do empreendimento, a questão  
2277ambiental é impeditivo de ter produção maior, de produzir dinheiro como foi  
2278colocado. Então nós temos que entrar na propriedade, nós temos que qualificar  
2279o produtor para fazer com que ele cada vez mais conheça suas potencialidades  
2280não somente em cima de algumas espécies, mas em cima de todo esse  
2281recurso natural que está disponível para gerar riqueza, renda e nós temos  
2282vários exemplos disso já que aqui no nosso Estado de Goiás mesmo com o  
2283uso dos recursos naturais agregando renda para as famílias, desde que o  
2284indivíduo tenha orientação, tenha uma qualificação melhor para que ele possa  
2285produzir com o uso que nós chamamos aqui de desenvolvimento sustentável.

2286

2287

2288 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Eu vou pedir a gora a  
2289 brevidade, não quero te impedir de falar não, mas brevidade para nós  
2290 podemos.

2291

2292

2293 **A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Na realidade eu sou oriunda do Banco Central e  
2294 sou aposentada do Banco Central, e no Banco Central por muito tempo nós  
2295 tínhamos o pró-agro e tinha o departamento de crédito rural e por diversas  
2296 vezes diante de várias falcatruas os bancos direcionavam os créditos para  
2297 essas pequenas coisas, mas diante de tantos desvios o departamento de  
2298 crédito do Banco Central foi extinto e hoje você tem um pró-agro quase que  
2299 extinto também.

2300

2301

2302 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Obrigado. Bom, acho que o  
2303 tema está mais do que bem justificado. Agora nós só nós apresentarmos aí não  
2304 é Donizete a proposta e trabalharmos. Acho que de qualquer forma quero  
2305 destacar para vocês hoje é prioridade do Ministério na educação ambiental o  
2306 programa educação ambiental e agricultura familiar, é uma prioridade hoje no  
2307 Ministério, a Ministra pautou esse tema como fundamental no trabalho de  
2308 educação ambiental e não é invenção do Ministério. Até a presença do aqui  
2309 Toledo da Contag me faz lembrar isso, na verdade é uma demanda que veio  
2310 dos movimentos sociais do campo mesmo o grito da terra, da marcha das  
2311 margaridas que trouxeram até eu trouxe aqui alguns impressos entre eles tem  
2312 aqui, eu vou deixar com vocês entre eles tem aqui esse MMA especial que foi  
2313 distribuído na marcha das margaridas que justamente procura reunir aí aquilo  
2314 que o Ministério tem feito na área da agricultura, sobretudo agricultura familiar,  
2315 agricultura ecológica e extrativismo. Foi um trabalho muito legal que a Contag fez as  
2316 mulheres da Contag coordenado pela Carmem. Hoje é uma prioridade por isso  
2317 que essa proposta também vem em boa hora viu Donizete.

2318

2319

2320 **SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - E o Toledo já está dentro do  
2321 grupo para trabalhar, está convocado intimado.

2322

2323

2324 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Vamos ouvir aqui mais um  
2325 colega que está participando aqui quero que você se apresente, por favor. Vou  
2326 propor aqui que nós, olhamos são 01h20min, vou propor mais 15 minutos de  
2327 reunião acho que é suficiente, tem só um informe do Daniel.

2328

2329

2330 **SR. MATEUS GUERRA (Essência Soluções Ambientais)** - Acho que nem  
2331 precisaria mencionar, mas eu também venho do Rio Grande do sul e conheço  
2332 a área agrícola, por mais que seja hoje de engenharia, mas extremamente  
2333 relevante vocês terem uma abordagem muito próxima, uma conversa muito  
2334 próxima com o Ministério da Agricultura, porque isso tudo, essas idéias todas  
2335 que são possíveis de serem permeadas elas acabam não indo à frente porque  
2336 ela não é colocada no lado do meio ambiente, o Ministério, os trabalhos

2337ambientais muitas vezes próximos da agricultura que é a produção. Então  
2338sucesso ao trabalho muito interessante, mas não deixem isso de lado, porque  
2339senão serão fadados a não andar.

2340

2341

2342**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Ok. Obrigado. Com a palavra o  
2343Daniel para dar um informe, antes de encerrarmos a reunião.

2344

2345

2346**O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE)** – Bom, só queria estar  
2347convidando todos os membros e as pessoas que estão aqui participando da  
2348Câmara Técnica para o 7º brasileiro de educação ambiental que acontecerá  
2349em Salvador, Donizete está com o cartaz na mão, dia 28 a 31 de março. O  
2350tema vai ser educação ambiental rumo à Rio+20 e as sociedades sustentáveis.  
2351Um dos objetivos do Fórum é reunir educadores ambientais que formam a  
2352Rede Brasileira De Educação Ambiental, REBEA, proporcionando assim  
2353aquela troca de experiência, conhecimento, fortalecimento das práticas,  
2354incentivando a reflexão aos que atuam nessa área. O encontro é fundamental  
2355para o fortalecimento da REBEA, atualmente nós sabemos que existem 45  
2356redes de educação ambiental no Brasil incluindo classes estaduais, municipais,  
2357regionais e temáticas articuladas com a REBEA, e que a atual base que atua  
2358com base no tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e  
2359responsabilidade global. Esse tratado ele vai ter uma avaliação dele, isenção  
2360desse tratado de educação ambiental brasileira, um dos pontos principais do 7º  
2361Fórum. Também vamos tratar ser discutida a economia verde na ocasião  
2362também e um destaque importante da Secretaria do Meio Ambiente do Estado  
2363da Bahia é que será apresentado o projeto de mapeamento socioambiental que  
2364é uma estratégia da diretoria de educação ambiental e sustentabilidade do  
2365Estado, que consiste no levantamento das informações sobre as expectativas  
2366socioambientais realizadas na Bahia. Está sendo construído em parceria com  
2367as universidades do Estado. Também terá alguns encontros paralelos no  
2368Fórum que é o encontro de salas verdes, o encontro das comissões  
2369interinstitucionais de educação ambiental e o encontro de agenda 21. As  
2370inscrições para o Fórum estão abertas já podem ser realizadas através do site  
2371que está em destaque amarelo lá e ir que é [vllfórumeeducaçãoambiental.org.br](http://vllfórumeeducaçãoambiental.org.br)  
2372ou também pelo telefone, 7133549050. Obrigado.

2373

2374

2375**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Obrigado Daniel vamos ouvir  
2376aqui o informe da colega do INEA.

2377

2378

2379**A SRª. POLITA GONÇALVES (INEA/RJ)** – O meu informe é sobre o programa  
2380que nós desenvolvemos lá e queria pedir desculpa de dentro do meu informe  
2381ferindo aí o procedimento como hoje é minha primeira vez numa Câmara  
2382Técnica do Conama, salientar a importância de nós discutirmos educação  
2383ambiental para a gestão de resíduos, ainda mais agora no cenário da nova  
2384política nacional que nós na prática da educação ambiental para gestão de  
2385resíduos bate com uma incoerência de uma Resolução Conama que orienta  
2386para separação em 8 tipos de resíduos, e na prática do dia-a-dia os programas



2387município separam em 2 tipos, reciclável e lixo comum. então eu sei que não é  
2388o momento, mas eu queria deixar ou perguntar se seria através dessa Câmara  
2389Técnica considerando a importância de nós trabalharmos com isso dentro  
2390desse ambiente, a indicação de haver uma Resolução para coletas seletivas  
2391simples, com 2 tipos só e não os 8 e em duas cores, porque as 8 cores usaram  
2392todas as cores e não sobra nenhuma cor para os recicláveis todos juntos.  
2393Então nós ficamos com uma incoerência de ver a logística das lixeiras  
2394pregando o que a Resolução Conama define, mas não prática não é assim  
2395junta tudo e vai tudo para o galpão dos catadores todos os recicláveis juntos  
2396não têm uma cor para os recicláveis juntos.

2397

2398

2399**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Tem que por incoerência.

2400

2401

2402**A SRª. POLITA GONÇALVES (INEA/RJ)** – Incoerência, muito bom, Donizete,  
2403adorei vamos usar.

2404

2405

2406**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Seu nome é Pólita.

2407

2408

2409**A SRª. POLITA GONÇALVES (INEA/RJ)** – Pólita do INEA.

2410

2411

2412**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Então Pólita só te sugerir a  
2413ideia é interessante, mas a Câmara para a qual deve ser endereçada é a  
2414Câmara Técnica de qualidade ambiental e gestão de resíduos, é outra Câmara  
2415Técnica, claro que quando se tratar de resíduos, mas se tiver um componente  
2416de educação ambiental pode passar por aqui também, mas no caso dessa  
2417proposição.

2418

2419

2420**A SRª. POLITA GONÇALVES (INEA/RJ)** – Não poderia ser uma  
2421recomendação dessa Câmara?

2422

2423

2424**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Não, acho que é melhor já  
2425pensar numa proposta.

2426

2427

2428**A SRª. POLITA GONÇALVES (INEA/RJ)** – Uma recomendação não como se  
2429enquadra uma solicitação para a outra Câmara?

2430

2431

2432**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Olha, mas tem que ter a  
2433proposição aí é melhor já apresentar a proposição, a proposta perdão, porque  
2434a proposição tem um outro ato do Conama. Uma proposta mesmo do INE seria  
2435muito bem vindo com certeza e aí a Secretaria Executiva provavelmente vai  
2436pedir parecer aqui a Secretaria de Recursos Hídricos e ambientes urbanos que

2437cuida de resíduos, e depois viria para a Câmara Técnica de qualidade  
2438ambiental e resíduos sólidos gestão de resíduos. Quando eu falo INEA é pelo  
2439Estado do Rio de Janeiro que o Estado é que tema cadeira de Conselheiro aqui  
2440no Conama. Bom, dado esse informe, temos mais algum item na pauta? Acho  
2441que é só isso. Quero só agradecer então aqui já encerrando, lembrando a  
2442todos os Conselheiros que essa Câmara de educação ambiental e  
2443desenvolvimento sustentável ela tem 3 competências. Então como hoje aqui foi  
2444uma reunião muito propositiva, com muitas ideias para a nossa gestão, eu  
2445quero lembrar que entre as competências dessa Câmara está informação,  
2446capacitação e educação ambiental. Então tudo que diz respeito a informação,  
2447capacitação e educação ambiental está valendo aqui nessa Câmara Técnica  
2448para receber propostas de Resolução ou recomendação. Indicadores a  
2449segunda competência, indicadores de desempenho e de avaliação das ações  
2450de educação ambiental, também essa Câmara pode se manifestar sobre  
2451indicadores e muito importante porque educação ambiental carece muito de  
2452indicadores, sistema de monitoria, se tivermos boas ideias aqui vai valer  
2453também a pena, e terceira competência critérios visando subsidiar a  
2454implementação das ações constantes na agenda 21. Então agenda 21 também  
2455é pauta justamente por conta da questão do desenvolvimento sustentável, é  
2456pauta também dessa Câmara Técnica. Então só lembrando aos Conselheiros e  
2457também uma outra coisa que eu quero lembrar, aqui nessa reunião de hoje eu  
2458poderia até ter proposto, mas acho que não caberia, uma breve apresentação  
2459sobre as ações do órgão gestor da Política Nacional de educação ambiental  
2460que é composto pelo MMA e pelo MEC, mas como também nós não podemos  
2461contar aqui hoje com a presença do representante do MEC, então eu não quis  
2462fazer isso até para não tomar tempo. Mas nós podemos incluir na próxima, só  
2463que eu não vejo assim que seja interessante só o Governo Federal apresentar  
2464o que está fazendo em educação ambiental. Eu penso que seria interessante  
2465se todos os membros aqui, pensei numa coisa melhor sabe Donizete, se todos  
2466você que são parte dessa Câmara Técnica quiserem nos encaminhar algum  
2467texto, alguma informação sobre o que está acontecendo em Sergipe, em  
2468Sorocaba, na Bioeste, Ecodata, mesmo CNC, CNT planejamento, alguma coisa  
2469que tenha a ver com ação de educação ambiental, nos mande pode mandar  
2470para mim mesmo meu email está no site do Ministério é fácil é  
2471nilo.diniz@mma.gov.br me encaminhe porque nós podemos também organizar  
2472um relato das atividades que os membros da Câmara Técnica vem realizando  
2473nas suas instituições, juntar tudo isso e encaminhar aos membros do Conama,  
2474acho que uma coisa legal divulgar o que está sendo feito por cada um dos  
2475membros aqui. Assim nós adotamos aquele princípio de que o critério da  
2476verdade é a prática. Nós vamos discutir educação ambiental porque estamos  
2477de alguma maneira executando também, ou quem não estiver executando pelo  
2478menos tem alguma ideia a respeito também pode nos encaminhar. A Jaqueline  
2479está pedindo a palavra.

2480

2481

2482**A SR<sup>a</sup>. JAQUELINE VIEIRA (Secretaria do Estado de Goiás)** – Só Porque o  
2483Donizete o lembrou faz parte do nosso Conselho estadual de meio ambiente e  
2484nós aprovamos esse ano passado, nós aprovamos a conferência estadual do  
2485meio ambiente no Estado de Goiás. Então nós já fizemos, nós estamos agora  
2486na 9<sup>a</sup> regional, na 10<sup>a</sup>, aliás, são 11 regionais e a nossa conferência estadual é

2487 agora em março dia 1, 2 e 3 e nós estamos discutindo a temática da Rio+20  
2488 que é economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, e para  
2489 nossa surpresa porque realmente nós não esperávamos nem a participação,  
2490 nem o nível de discussão que nós estamos tendo, mas que tem sido muito  
2491 importante para o nosso Estado foi muito e tem sido muito importante essa  
2492 discussão, essas conferências, porque nós já estamos visitando todas as  
2493 regionais com a participação das 3 instâncias. Então, só registrar que para nós  
2494 também constitui um grande trabalho de educação ambiental, nós temos 5 sub-  
2495 temas além desse tema e temos tirado todas as propostas. Então nós na última  
2496 regional que foi em Cavalcante inclusive saiu de lá uma proposta que agora  
2497 Goiás vai ter delegação que nós estamos tirando os delegados até que se  
2498 realize a conferência nacional, nós já temos uma delegação para trazer a pauta  
2499 tanto a discussão dessa temática da Rio+20, quanto a questão da inclusão do  
2500 cerrado aí como patrimônio nacional e aí nós estamos numa frente de criar  
2501 nossa lei. Se não criam lá nós vamos criar a nossa.

2502

2503

2504 **O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (Ecodata)** - Completando aqui sexta-feira  
2505 quem fica aqui em Brasília, vai ser em Luziânia essa conferência regional.  
2506 Todo mundo está convidado sexta-feira em Luziânia, vai ser acho que na  
2507 Câmara de Vereadores de Luziânia. Então é tão perto daqui se alguém tiver  
2508 interesse eu mesmo devo estar lá presente e se alguém quiser ir tem vaga no  
2509 carro, é pertinho daqui, uma hora daqui lá.

2510

2511

2512 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** - Muito obrigado e agradeço aí a  
2513 participação de todos. Na próxima reunião nós encaminhamos o convite e a  
2514 convocação. Obrigado.